

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
FACULDADE DE ECONOMIA  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

IAGO ESTURIÃO MENDES

**A EXPERIÊNCIA MARICAENSE SOB A ÓTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

NITERÓI  
2022

IAGO ESTURIÃO MENDES

**A EXPERIÊNCIA MARICAENSE SOB A ÓTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador:  
Prof. Dr. Fábio Domingues Waltenberg

Niterói  
2022

IAGO ESTURIÃO MENDES

**A EXPERIÊNCIA MARICAENSE SOB A ÓTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Fábio Domingues Waltenberg – Orientador  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Emmanoel de Oliveira Boff  
Universidade Federal Fluminense

---

Dr. Sandro Pereira Silva  
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é não apenas um esforço de fortalecer a importância da coletividade sobre as atuações individuais, mas é, ele próprio, fruto de um esforço e de contribuições coletivas contínuas. Dessa maneira, agradecer a todos que participaram desse processo não caberia nessas poucas páginas, de forma que tenho a ingrata tarefa de selecionar as pessoas e instituições mais importantes para a conclusão dele.

Agradeço, primeiramente, ao meu pai, André. Sem ele, nada aqui teria sido possível, de maneira que faltam palavras para um agradecimento adequado. Agradeço a minha mãe, Síntia, que, indiretamente e de sua maneira, me ensinou a importância do equilíbrio ao longo dos últimos anos. Agradeço também às minhas avós, pelos incontáveis ensinamentos da vida.

Agradeço ao meu professor e orientador, Fábio, que acreditou nesse projeto e me deu a oportunidade de trabalhar e pesquisar sobre a experiência de Maricá. Assim como também agradeço aos companheiros e companheiras da pesquisa de avaliação da Renda Básica de Cidadania de Maricá: Roberta, Fernando, Jéssica, Rodrigo, Luiz e, em especial, Andrea. Agradeço também à equipe de avaliação executiva do programa Moeda Social Arariboia, com a qual surgiram os primeiros questionamentos sobre economia solidária que levaram a este trabalho: Anna Isabela, Victor, Lucas, Isabella, Tomás e Fábio.

Ao longo dessa pequena trajetória acadêmica, tive ao meu lado pessoas fundamentais que me apoiaram nos momentos de incerteza. Dentre elas, agradeço aqui à Ariana, por todo carinho e suporte, à Graciele, minha primeira orientadora, e a todos os professores e professoras da Universidade Federal Fluminense. Agradeço também aos amigos e amigas que fiz no caminho: Bianca, Raphael, Aline, Bernard, Brenda, Karine, Isabella Helter, Isabella Correa, Igor, Luiz, Sara, Bruna, Luciana, Danilo, Thiago e tantos outros que não caberia aqui.

Agradeço à Universidade Federal Fluminense, que foi não somente a minha casa, mas também uma verdadeira trincheira no combate por uma sociedade mais justa e igualitária nos difíceis últimos cinco anos. Agradeço também a todos funcionários e funcionárias da Faculdade de Economia e, em especial, às bibliotecárias da Biblioteca da Economia. Por fim, agradeço à FAPERJ, que durante o último ano financiou meu projeto de iniciação científica que deu origem a este trabalho.

*Sacrificamos os velhos deuses imateriais. Ocupamos o templo com o deus mercado, que nos organiza a economia, a política, os hábitos, a vida e até nos financia em parcelas e cartões a aparência de felicidade.*

Pepe Mujica, 2013

## RESUMO

A economia solidária detém a capacidade de operar não só com o propósito imediato de geração de trabalho e renda, funcionando através de um compromisso de reinserção produtiva, mas também a de funcionar como uma ferramenta de edificação de uma nova sociabilidade. Buscou-se explorar neste trabalho a concepção teórica e prática da economia solidária, desde seu surgimento histórico como mecanismo de enfrentamento ao capitalismo até a sua posterior conversão em política pública, com o objetivo de compreender a proximidade entre as políticas adotadas no caso específico do município de Maricá (RJ) e os conceitos de economia solidária observados na literatura. A compreensão da economia solidária enquanto fenômeno lhe permite contemplar, ao ser internalizada como política pública, a mobilização de seus instrumentos, prioritariamente, para o enfrentamento da pobreza e do desemprego, atuando em colaboração com outras áreas do governo na solução de problemas econômicos imediatos. Isso possibilita a combinação de diferentes ações da Prefeitura de Maricá para além da própria economia solidária que, juntas, culminam na constituição de uma economia local baseada numa pluralidade de princípios econômicos, de maneira que as políticas públicas municipais são exitosas na criação de uma economia plural, mesmo que a edificação de uma nova sociabilidade não seja o propósito principal em Maricá.

**Palavras-chave:** economia solidária; pluralidade econômica; desenvolvimento comunitário e local.

## ABSTRACT

The solidarity economy has the ability to operate not only with the immediate purpose of generating work and income, working through a commitment to productive reinsertion, but also to function as a tool for building a new sociability. In this work, we sought to explore the theoretical and practical concept of the solidarity economy, from its historical emergence as a mechanism for confronting the capitalism to its subsequent conversion into public policy, with the aim of understanding the proximity between the policies adopted in the specific case of Maricá (RJ) and the concepts of solidarity economy observed in the literature. Understanding the solidarity economy as a phenomenon allows it to contemplate, when it is internalized as public policy, the mobilization of its instruments, primarily, to confront poverty and unemployment, acting in collaboration with other areas of government to solve immediate economic problems. This makes possible the combination of different actions of the Maricá beyond the solidarity economy itself, which together culminate in the constitution of a local economy based on a plurality of economic principles, so that municipal public policies are successful in creating a plural economy, even if the edification of a new sociability is not the main purpose in Maricá.

**Keywords:** solidarity economy; economic plurality; community and local development.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – PIB <i>per capita</i> do município de Maricá (RJ), 2010-2019 .....	40
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa de desemprego e informalidade entre 1995 e 2002 .....	29
Tabela 2 – Forma de organização dos empreendimentos solidários, 2013 .....	34
Tabela 3 – Principais motivações para a criação do empreendimento solidário, 2013....	35
Tabela 4 – Principal atividade econômica dos empreendimentos solidários, 2013 .....	36
Tabela 5 – Empreendimentos que tiveram acesso ao crédito ou financiamento, 2013 ....	37
Tabela 6 – Principais desafios dos empreendimentos solidários, 2013 .....	38



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA OUTRA ECONOMIA</b>	<b>12</b>
2.1	CONCEITUAÇÃO TEÓRICA	12
2.2	O PRINCÍPIO DA DÁDIVA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	19
2.3	O SURGIMENTO E O RESGATE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	22
2.3.1	O cooperativismo revolucionário	22
2.3.2	Da revolução ao mal-estar: a economia solidária no pós-guerra	24
<b>3</b>	<b>A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA</b>	<b>28</b>
3.1	A SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	29
3.2	A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MAPA	33
<b>4</b>	<b>A EXPERIÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MARICÁ</b>	<b>40</b>
4.1	A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO	40
4.2	A PRÁTICA SOLIDÁRIA EM MARICÁ	45
4.2.1	Fomento aos empreendimentos econômicos e solidários	45
4.2.2	Educação popular	48
4.2.3	Transferência de renda	50
4.2.4	Soberania alimentar	52
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>54</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>56</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Na esteira do combate aos distúrbios sociais contemporâneos, inerentes ao funcionamento de uma economia capitalista, podemos observar diversos instrumentos à disposição dos formulares de políticas públicas. A variedade desses instrumentos oscila de acordo com as instâncias de governos, suas localidades, suas origens, suas orientações políticas e ideológicas, entre outros fatores, de maneira que a justificativa da adoção de determinadas políticas, por vezes, depende também dos diferentes objetivos perseguidos.

Sob esse cenário, as políticas públicas voltadas ao fomento da economia solidária surgem como uma possível alternativa aos formuladores públicos. Ao combinar o combate à pobreza, às desigualdades e à exclusão social com o simultâneo combate ao desaparecimento dos laços pessoais e comunitários, a economia solidária detém a capacidade de operar não só com o propósito imediato de geração de trabalho e renda, funcionando como um compromisso de reinserção produtiva, mas também a de funcionar como uma ferramenta de edificação de uma nova sociabilidade, a partir de novos valores e novas formas de relação com o trabalho, com o consumo, com a produção e com o outro (SINGER, 2002; FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004; FRANÇA FILHO E DZIMIRA, 1999).

A partir da década de 1990, a generalização das consequências sociais e econômicas do neoliberalismo movimentou diversos gestores públicos a adotarem políticas públicas de fomento à economia solidária no plano municipal. Ainda que a adoção dessas políticas tenha variado muito ao longo dos anos, perdendo e ganhando forças em diversos momentos no decorrer das décadas posteriores, sua adoção pelo governo federal em 2003 e a observação de experiências remanescentes e atuais em algumas prefeituras do Brasil permitem levantar duas questões. Por um lado, a capacidade de enfrentamento à continuidade e à perpetuação das mazelas sociais geradas pela economia capitalista parece escapar à economia social. Por outro, a própria sobrevivência da economia solidária durante esses anos lhe dá validação como alternativa orgânica e originária da sociedade (SINGER, 2002; FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004).

Entretanto, essa sobrevivência e validação não estão livres de questionamentos, transformações, adaptações e contextualizações. Ao internalizarem um conceito tão amplo e complexo no rol de políticas públicas, os governos municipais e os gestores públicos estão sujeitos a instrumentalizarem suas iniciativas, com a possibilidade de, frequentemente, desfigurarem os princípios da economia solidária em nome das medidas sociais mais práticas.

Nesse momento, há certa facilidade na adoção do ferramental solidário enquanto se isola seus princípios (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004).

Foi exatamente essa reflexão que motivou o surgimento deste trabalho. Ao se observar o aparecimento e o crescimento das políticas municipais de fomento à economia solidária nos municípios fluminenses de Niterói e Maricá, questionou-se o quão próximas dos conceituais solidários estão, de fato, essas políticas e suas ações. O objetivo, portanto, foi compreender o máximo possível a proximidade, caso houvesse, entre as ações adotadas dentro desses programas municipais e os ideários de economia solidária observados nas definições e nas práticas solidárias. No entanto, fez-se a escolha de abordar apenas o município de Maricá, e não conjuntamente o de Niterói, pelo fato de que as políticas solidárias maricaenses antecedem em quase uma década as políticas adotadas em Niterói. Essa permanência no tempo permitiu a observação das particularidades no processo de implementação, de maneira que seria difícil avaliar o ainda incipiente processo niteroiense.

Assim, buscou-se apreender no segundo capítulo, à luz da literatura sobre o tema, a conceituação da economia solidária e suas inúmeras possibilidades de definição. No terceiro capítulo, buscamos esclarecer de que maneira as expressões de economia solidária foram internalizadas nas políticas públicas do governo federal, momento importante para contextualizar o espraiamento dessas políticas ao redor do país. E, por fim, antes da conclusão no quinto capítulo, o quarto capítulo trata da experiência prática das políticas municipais de fomento à economia solidária no município de Maricá, apontando, sempre que possível, as convergências e divergências entre as ações praticadas e as definições adotadas ao longo do trabalho.

## 2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA OUTRA ECONOMIA

### 2.1. CONCEITUAÇÃO TEÓRICA

Na tentativa de elaborar uma conceituação do que se entende por economia solidária, termo que, vale apontar, expressa muito mais uma diversidade de organizações econômicas e sociais do que algo sólido e imutável, mostra-se relevante partir da diferenciação desses modelos baseados na solidariedade para o modelo de organização econômica baseado na competição. Dessa maneira, empreenderemos um esforço para construir uma comparação entre este tipo de economia, alicerçada na solidariedade comunitária, e a economia capitalista fundamentada na busca por maior eficiência a partir da interação entre os agentes econômicos e sociais num ambiente competitivo.

Nesse sentido, partimos do entendimento que o modelo de organização produtiva baseada na competição entre os agentes gera, de maneira inerente ao seu funcionamento, desigualdades sociais e econômicas atreladas ao próprio processo de competição. Isto é, por um lado, o sistema capitalista, ao colocar empresas competindo entre si por maior eficiência produtiva, maiores parcelas do mercado e menores custos de produção, gera tanto empresas que saem vitoriosas do processo, atingindo seu objetivo de expansão, quanto empresas que saem derrotadas. E por outro lado, ao colocar os próprios trabalhadores competindo entre si pelas escassas oportunidades de emprego e aperfeiçoamento profissional gera, de forma idêntica ao movimento das firmas, “vencedores” e “perdedores”, ou melhor, empregados e desempregados (SINGER, 2002).

Entretanto, à medida em que esse processo se consolida e intensifica seu resultado, a desigualdade tende a se tornar cada vez mais estratificada. O resultado proporcionado aos derrotados no modelo competitivo torna ainda mais problemático o desempenho desses mesmos agentes, sejam eles firmas ou trabalhadores, no próximo momento de competição. Ou seja, ao gerar desigualdades, o sistema competitivo funciona num movimento de retroalimentação, onde a própria desigualdade gerada pela competição se materializa em novas barreiras a serem superadas na etapa posterior. Enquanto isso, ao acumular as vantagens resultantes do ganho da competição, os “vencedores” dispõem de melhores condições para iniciar a etapa seguinte, enquanto os “perdedores” ficam apenas com o ônus do processo (SINGER, 2002).

Esse mecanismo foi denominado por Arnspenger e Varoufakis (2003) de *poder social convencional*, no qual os resultados observados são decorrentes de um equilíbrio evolutivo

discriminatório, isto é, a estrutura das interações sociais desiguais anteriores determina – ou impacta significativamente – os resultados das interações posteriores. Assim,

Uma vez estabelecido o poder social convencional, as convenções discriminatórias que ele produz se estendem de uma interação para outra, talvez pela força da analogia, e determinam a atribuição de papéis sociais de uma forma que favorece os grupos já dominantes (ARNSPERGER E VAROUFAKIS, 2003, p. 178-179, tradução própria<sup>1</sup>).

A partir do intenso questionamento desse processo, a literatura sugere um modo de produção e reprodução social calcado não mais na competição, mas sim na solidariedade entre os agentes envolvidos. Na concepção de Singer (2002), a promoção de uma sociedade mais igualitária demandaria a substituição da competição predatória que conhecemos, dando lugar aos diferentes mecanismos de solidariedade presentes na organização social. Um modelo de produção mais igualitário requer, inevitavelmente, que os agentes cooperem entre si, de maneira que tanto os ganhos quanto os prejuízos econômicos sejam compartilhados, como o que ocorre, por exemplo, nas experiências das cooperativas (SINGER, 2002; NAMORADO, 2009).

A solidariedade aqui pode ser compreendida, portanto, como a predisposição de um indivíduo ser generoso com um grupo de pessoas, única e exclusivamente, por se identificar com uma condição específica, comum, desse grupo. O potencial indutor da solidariedade está justamente no fato de esse grupo específico de pessoas compartilhar de uma mesma situação adversa, seja ela natural ou colocada pelo poder social convencional citado acima. Dessa forma, podemos observar movimentos de solidariedade tanto em resposta aos prejuízos causados pelo desenvolvimento de um modelo de produção individualista – que cria uma sorte de pessoas afetadas diretamente por esse sistema –, quanto em relação à causa diversas, como a dos refugiados ou dos desabrigados por desastres ambientais, por exemplo. Importa ressaltar, no entanto, que a solidariedade não está relacionada à expectativa de retorno das ações individuais, mas, pelo contrário, se opõe diretamente ao utilitarismo metodológico (ARNSPERGER E VAROUFAKIS, 2003).

Nesse entendimento, a própria formulação de uma sociedade mais harmônica – e também mais coesa – pode ser entendida através da concepção fraterna presente na ideia do “viver em conjunto”, ressaltando a importância da coletividade e das interações sociais para a

---

<sup>1</sup> Original: “Once *conventional social power* has been established, the discriminatory conventions which it produces spread from one interaction to another, perhaps by the force of analogy, and determine the allocation of social roles in a manner which favours the already dominant group.”

promoção do bem-estar social em detrimento do avanço do individualismo (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004; NAMORADO, 2009). A partir daqui será essencial compreender também o próprio conceito de bem-estar fundamentado para além da questão material, isto é, cabe pensarmos também um bem-estar subjetivo, considerando a inserção da economia solidária na coletividade e, portanto, como um movimento de produção de subjetividades coletivas e laços sociais comunitários (VERONESE, 2009).

Entretanto, como adiantado acima, o próprio conceito de economia solidária compreende diversas interpretações. Em outra interpretação importante, que se aproxima da *singeriana* abordada anteriormente, Lisboa (2005) define as experiências de economia solidária na inexistência do imperativo da *maximização* do lucro. Porém, ainda que trabalhe sob essa definição, o autor faz a ressalva de que a dimensão do lucro não foi excluída das experiências solidárias, mas que somente foi convertido em propriedade. Portanto, o que caracteriza a economia solidária aqui é que seu direcionamento produtivo não está em maximizar esse excedente como síntese de um resultado individual, da firma, mas sim em submetê-lo às outras perspectivas coletivas e comunitárias, como a social e a ecológica (LISBOA, 2005).

Essa submissão do imperativo do lucro às prioridades sociais e coletivas nos remete, também, ao conceito de domínio público. Este conceito é resgatado por Kerstenetzky (2012), e é compreendido como o “reino da cidadania”, onde os interesses privados e individuais – inclusive o lucro – são subordinados aos interesses públicos e coletivos, pautados pelas dimensões de equidade na oferta de serviços públicos, por exemplo. Entretanto, ao aprofundar esta categoria, Kerstenetzky (2012) a afasta do conceito de economia solidária ao classificar as relações afetivas e as relações de reciprocidade, que veremos adiante, como pertencendo ao âmbito dos interesses privados. Como pormenorizar a diferença entre domínio público e economia solidária foge ao objetivo deste trabalho, nos contentaremos aqui em estabelecer uma proximidade entre os dois conceitos, ao menos, no âmbito da subordinação do lucro aos interesses coletivos e da importância dada aos conceitos de cidadania e coletividade.

Em suma, compreenderemos a economia solidária ao levarmos em consideração que os princípios de sua organização diferem dos princípios em que se baseia a economia capitalista. Na primeira, não tomamos como naturais as desigualdades consequentes da produção, mas sim como consequência direta e inevitável do modelo de organização adotado e alçamos ao primeiro plano uma sociedade coletivamente organizada, ontologicamente contrária à atomização promovida pela economia capitalista (SINGER, 2002).

Essa diferenciação na construção da economia também pode ser compreendida a partir da concepção de uma economia plural, onde os princípios de reciprocidade e redistribuição

compartilham o cenário econômico e social com o princípio do mercado. Seguimos a compreensão de França Filho e Laville (2004) ao afirmarem que foi apenas recentemente, na modernidade, que o princípio de mercado, manifestado na economia autorregulada, se sobrepôs e se autonomizou em relação ao restante da sociedade. Ao contrário disso, uma economia plural pressupõe uma organização na qual a economia e o princípio de mercado não são dotados de uma autonomia em relação à sociedade e aos outros princípios, mas sim de uma dinâmica interativa com estes (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004; POLANYI, 2000).

Dessa forma, ao retirar a hegemonia da acumulação de capital, inerente à economia capitalista, a economia solidária se define não só como possível alternativa ao capitalismo, como o faz Singer (2002), mas como uma economia inevitavelmente anticapitalista, no sentido de se contrapor à hegemonização da economia de mercado (LISBOA, 2005). Assim, “a economia solidária, para além de designar uma realidade concreta do presente, [...] projeta-se também no futuro como ambição alternativa, naturalmente integrada em qualquer horizonte que reflita uma mudança radical da sociedade” (NAMORADO, 2009, p. 67). Vale ressaltar ainda que essa oposição ao capitalismo aqui apresentada se materializa, na prática, no florescimento de princípios diferentes e coexistentes com o de mercado. É dentro dessa compreensão que Coraggio (2014) reforça, a partir da leitura de Karl Polanyi (2000), que “as economias são construções políticas e não mero resultado natural de processos evolutivos” (CORAGGIO, 2014, p. 18, tradução própria), reafirmando, portanto, a atual primazia da dimensão econômica na sociedade como resultado de arranjos políticos e sociais.

Essa compreensão permite a Coraggio (2014) construir uma conceituação de economia solidária baseada não apenas na forma como ela é organizada economicamente, como modelo produtivo, mas, sobretudo, como ela se apresenta para além dessa dimensão. Nesse sentido, Coraggio (2014) parte de uma crítica ao modo de operação da economia de mercado, a qual, segundo o autor, subverte as compreensões simbólicas e os valores da sociedade em mera reprodução da vida material. Este raciocínio lhe permite afirmar que a interação da sociedade com a economia, isto é, a forma como uma sociedade se organiza economicamente, pode gerar visões diferentes de mundo. Essa dimensão simbólica sob a economia capitalista, no entanto, suprime as possibilidades e a diversidade organizacional, a transformando numa única via de reprodução social, a partir da produção e reprodução de bens materiais e do consumo, que no limite, ameaça a própria harmonia social e a possibilidade de sobrevivermos como um ente coletivo (VERONESE, 2009; CORAGGIO, 2014).

É exatamente nessa fresta que se enquadra a economia solidária. Ou seja, a economia solidária, para além de um modo de produção alternativo ao modelo capitalista, se caracteriza

também pela resignificação da vida na sociedade moderna: a economia solidária propõe novas formas de interpretação do ser social, novas formas de inserção econômica da coletividade e um novo conjunto simbólico de valores (CORAGGIO, 2014). Assim, no lugar da busca irrefreável pelo lucro e pelo crescimento econômico linear, a economia solidária

[...] procura institucionalizar a economia, subordinando o comportamento [econômico] ao princípio ético da racionalidade reprodutiva da vida de todos, para orientar a razoabilidade e a prudência, maximizando a segurança da reprodução da vida de todos, com base no princípio de que a vida do indivíduo humano isolado é uma impossibilidade e que o reconhecimento do outro e a valorização de sua vida é uma condição para a superação das tendências do mercado egocêntrico” (CORAGGIO, 2014, p. 20, tradução própria<sup>2</sup>).

Entretanto, ao fomentar essa contraposição ao modo de reprodução social sob a dinâmica capitalista, a economia solidária frequentemente é confundida com um processo “revolucionário” de subversão da ordem econômica pela tomada do poder. Apesar de esse último fator estar algumas vezes presente no seu referencial teórico, vide Singer (2002), a economia solidária objetiva, sobretudo, uma mudança na lógica de interação social, com significativo enfoque sobre a forma como se dão as relações pessoais e comunitárias e como se dá a criação de subjetividades a partir do consumo e da relação da sociedade com o trabalho (VERONESE, 2009). Isto é, apesar de se apresentar como uma alternativa ao modelo capitalista, a compreensão das experiências de economia solidária deve ser levada em consideração dentro da própria institucionalidade do capital, carregada das suas contradições (NAMORADO, 2009). A economia solidária apenas resgata valores e formas de organização social plurais, como a solidariedade e a reciprocidade, que antecedem a própria gestação do capitalismo. Para tanto, se deve lembrar que a atividade econômica está, antes, imersa numa cadeia de relações sociais nas quais “existe um lugar especial para o florescimento da solidariedade, da reciprocidade e da confiança, que ganham diferentes contornos dependendo da circunstância vivida pelos atores no momento da interação [...]” (FERREIRA; SOUSA, 2018, p. 117).

---

<sup>2</sup> Original: “[...] busca institucionalizar la economía subordinando los comportamientos al principio ético de la racionalidad reproductiva de la vida de todos, pautar la razonabilidad y prudencia, maximizando la seguridad de la reproducción de la vida de todos, partiendo del principio de que la vida del individuo humano aislado es un imposible y que el reconocimiento del otro y la valoración de su vida es condición de la superación de las tendencias del mercado egocéntrico.”



Assim, “[...] afirmar o caráter político deste fenômeno, para além da sua dimensão social e econômica, não significa raciocinar em termos [...] de tomada do poder institucional como se a implementação de uma outra economia fosse possível por decreto” (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 19). Na construção de uma economia solidária, entendida como uma economia plural, busca-se, sobretudo, o questionamento da cultura hegemônica do capital, da forma como ela relaciona as pessoas entre si e com as coisas ao seu redor. Nesse sentido, a economia solidária pode se manifestar, por exemplo, desde a substituição da cultura da produção linear<sup>3</sup> até a ressignificação do trabalho na sociedade moderna (CORAGGIO, 2014; NARDI *et al.*, 2006; VERONESE, 2009).

A dimensão econômica, na lógica de maximização do lucro, produção e crescimento, não deve estar acima das outras dimensões da vida em sociedade; ao contrário, ela deve se submeter às demandas de reprodução do ser social, compreendendo “[...] que a economia não é o fim supremo, mas apenas um instrumento que tem por finalidade o sustento da vida e a melhoria da condição humana” (LISBOA, 2005, p. 110). É a partir disso que o próprio Lisboa (2005) propõe a utilização do termo *socioeconomia* solidária, que ressalta a inserção – e subordinação – da economia na sociedade. Em síntese, a economia – ou socioeconomia – solidária põe em questão o porquê produzimos da forma como produzimos e questiona quais valores da vida em sociedade estão sendo suprimidos para dar lugar a esta forma de produção específica. A economia solidária

[...] implica uma mudança civilizacional, outro sistema de mediações, a partir da interação da sociedade com a natureza, da redefinição emancipatória da divisão do trabalho e do próprio trabalho [...]. Não se trata então de recuperar a centralidade do emprego e da geração de renda, mas de redefinir o significado do trabalho e das necessidades humanas (CORAGGIO, 2014, p. 25-26, tradução própria<sup>4</sup>).

Dessa maneira, as experiências de economia solidária se propõem a fortalecer e alçar ao primeiro plano as relações sociais, antes das econômicas, existentes dentro de uma comunidade, tendo como alguns de seus instrumentos, por exemplo, a autogestão coletiva das propriedades e a participação democrática de seus associados nos processos decisórios (FERREIRA;

---

<sup>3</sup> Modelo de produção caracterizado pela dinâmica de *extrair-produzir-descartar*, sem considerar os impactos e as limitações ambientais impostas à produção.

<sup>4</sup> Original: “[...] implica un cambio civilizatorio, otro sistema de mediaciones, desde la base del metabolismo sociedad/naturaleza, desde la redefinición emancipadora de la división del trabajo y del trabajo mismo [...]. No se trata entonces de recuperar la centralidad del empleo y la generación de ingresos, sino de redefinir el sentido del trabajo y de las necesidades humanas.”

SOUSA, 2018). Daí surgem conceitos no seio de suas experiências que reforçam a constante interação da economia com as outras esferas da vida em sociedade, como o conceito de “democracia econômica”, que mobiliza a ideia de participação política para estabelecer uma maior interação dos trabalhadores no processo decisório dos empreendimentos. Assim como manifestam-se implicações na psicologia social e na constituição dos sujeitos, onde a realização do sujeito a partir do trabalho solidário está colocada em situações em que, por exemplo, “[...] a oportunidade de falar e manifestar-se em assembleias e reuniões propicia que o sujeito se constitua, na ação e na linguagem, na produção simbólica e na interação, num sentido emancipatório” (VERONESE, 2009, p. 158).

Em suma, a possibilidade de existir coletivamente na dimensão econômica, consequência da inserção econômico-solidária, possibilita a realização dos sujeitos nas diversas esferas da vida em sociedade. Nesse movimento, se percebe “[...] que certos campos de atividade podem dar lugar a algo mais que uma nova forma de consumo ou uma ação caritativa e que elas podem consolidar modos de socialização portadoras do melhor viver” (FRANÇA E DZIMIRA, 1999, p. 149). Essa dinâmica contribui para desconstruir a objetificação e despersonalização dos vínculos sociais, que sob a economia mercantil são compreendidos apenas a partir da sua natureza econômica, nas trocas, em que “o laço social é completamente objetivado na moeda” (FLAMENT, 1991 *apud* FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 72).

Uma possível e cobiçada consequência dessa nova forma de interação está na gestação de uma dimensão simbólica do processo produtivo e da organização econômica e social, mediadas pelo ideário de solidariedade e pelo mecanismo da dádiva (CORAGGIO, 2014). Como a construção desse trabalho está intimamente associada ao entendimento de que o mecanismo da dádiva é um componente fundamental, se não o principal, do enquadramento teórico da economia solidária, dedicaremos algumas linhas exclusivas para a sua explanação. Entretanto, se antecipa a importante ressalva de que as experiências práticas de economia solidária, em razão de suas características dialéticas, têm suas definições manifestadas dentro das suas próprias condições de existência, sendo inoportuno desclassificar uma ou outra experiência por não possuir ou manifestar todas as características abordadas. Assim, se reforça a singularidade e a heterogeneidade da economia solidária, sobretudo, enquanto fenômeno (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004; NAMORADO, 2009).

## 2.2. O PRINCÍPIO DA DÁDIVA NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O conceito da dádiva mobiliza interpretações das mais diversas áreas, dentre as quais a ciência econômica talvez seja a menos indicada para essa tarefa. Desde a antropologia, passando pela psicologia social e sociologia, o princípio da dádiva pode figurar como explicação de diversos fenômenos na história da sociedade (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004). Uma das principais interpretações das características históricas associadas a classe trabalhadora brasileira no seio dos movimentos trabalhistas das décadas de 1920 e 1930, por exemplo, é realizada à luz da dinâmica e das relações que emergem do mecanismo da dádiva. No entendimento de Gomes (2005, p. 227):

[...] a dádiva é, teoricamente e por princípio, um ato voluntário, aparentemente livre, gratuito e generoso. A dádiva é um procedimento que tem uma face desinteressada. Contudo, quem doa o faz porque entende que precisa fazê-lo por alguma ordem de razões. A dádiva tem assim ao mesmo tempo uma feição obrigatória. Ela é igualmente um procedimento imposto e interessado.

Para além de possíveis análises históricas, França Filho e Dzimira (1999) argumentam que o mecanismo da dádiva foi determinante para a viabilização da vida em sociedade. Esse mecanismo se refere, mais especificamente, ao ato tripartite presente na dinâmica de *doar-receber-retribuir*, que constitui o princípio da dádiva. Essa é uma dinâmica na qual um determinado objeto é doado de maneira que, tanto a negação do seu recebimento quanto a não devolução deste objeto são, ao mesmo tempo, livres e coercitivas, próximo do definido acima por Gomes (2005). Isto é, ainda que exista a possibilidade de se romper o laço a ser criado, rejeitando a doação ou não a devolvendo posteriormente, dada parte da sua característica voluntária, esse rompimento é desestimulado; o objeto é compreendido como uma parte do “*espírito*” do próprio doador (FRANÇA FILHO E DZIMIRA, 1999).

O mecanismo da dádiva opera, dessa forma, numa dimensão fora da compreensão utilitária da economia mercantil-capitalista. A dinâmica do *doar-receber-retribuir* presente na dádiva se diferencia radicalmente das trocas mercantis na medida em que nega tanto a obrigatoriedade quanto a necessidade de equivalência do retorno. A doação do objeto não requer, em seu princípio, nada em troca, podendo acontecer, inclusive, unilateralmente. O cerne da dinâmica não está no que é esperado em restituição; não há, dessa forma, métrica de quantificação da utilidade na doação. Assim, “[...] os objetos doados, aceitos e devolvidos não se “trocam” nem porque são úteis, nem em razão da sua equivalência monetária, mas porque

significam simbolicamente a vontade de construir uma relação” (FRANÇA FILHO e DZIMIRA, 1999, p. 158-159).

Essas relações interpessoais mediadas pela dádiva envolvem, pela dimensão simbólica, mecanismos quase automáticos de reciprocidade e solidariedade. Nesse sentido, a circularidade e continuidade da relação envolvida pela dádiva exigem que o ato não se rompa. Isto é, faz-se necessária a retribuição para que a relação social criada entre os agentes envolvidos possa se manter no tempo (GOMES, 2005). Essa relação implica, portanto, que quem a recebe como forma de doação, sem requisição anterior, está informalmente, ou melhor, simbolicamente, em débito na relação com aquele que doou. Em consequência, para muito além do ganho material que eventualmente possa ter, esse “débito” será futuramente quitado no mesmo mecanismo recíproco de *doar-receber-retribuir*, com o encerramento e criação de um novo ciclo, florescendo um vínculo invariavelmente pessoal entre os agentes. Dessa forma,

[...] quem recebe cria certo tipo de vínculo, de compromisso, que desemboca naturalmente no ato de retribuir. A não retribuição significa romper com a fonte de doação de forma inquestionável. O sentido último da relação de doação, a dimensão de sua força, está em criar um tipo específico de obrigação que se estrutura não apenas em função de uma lógica material de interesses individuais, mas em termos de uma lógica coletiva eminentemente simbólica (GOMES, 2005, p. 228).

A dádiva, e a solidariedade gerada a partir de sua dinâmica, estão presentes, assim, muito mais na relação que se cria a partir da circulação do objeto doado do que no próprio objeto. Dessa maneira, “[...] a solidariedade não pode ser concebida a partir do indivíduo ou da sociedade, pois ela é indissociável de uma relação” (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 43). Envolve, em oposição à equivalência das trocas mercantis mensuradas pela utilidade, uma dimensão simbólica do próprio ato, imensurável *por definição*. Como compreendido acima por Gomes (2005), a relação da dádiva diz respeito, sobretudo, a uma dinâmica coletiva, em contraste com a individualização operada na troca mercantil. No desenvolvimento dessa relação, em Ferreira e Sousa (2018, p. 121):

[...] percebe-se uma relação simétrica entre as pessoas e a criação de obrigações. A obrigação de retribuir, dentro de uma comunidade, possui uma circularidade necessária para a manutenção da harmonia entre as pessoas nessas comunidades. Com isso, a reciprocidade se mantém na dádiva enquanto existe uma obrigação entre as pessoas, é um acordo que está institucionalizado, não se constitui uma obrigação formal.

Dessa maneira, as relações intermediadas pela dádiva estão imersas num caráter de continuidade, reciprocidade e comunidade, onde a iminente retribuição do ato originário implicará mais uma “rodada” do *doar-receber-retribuir* (FRANÇA e DZIMIRA, 1999). Essas relações podem ser observadas, por exemplo, em campanhas de doação de sangue, em atos de caridade, na economia informal do cuidado ou mesmo nas grandes mobilizações que costumam suceder catástrofes naturais.

Portanto, ao se estruturar a partir das relações sociais e pessoais dos atores, atravessada pelos princípios de solidariedade e reciprocidade onde floresce a dinâmica do *doar-receber-retribuir*, a economia solidária pode se distanciar, definitivamente, da economia capitalista. Esta última, por sua vez, enfraquece o caráter pessoal nas trocas mercantis, através da constante individualização da vida em sociedade e da negação de laços comunitários fora da dimensão econômica utilitária. A economia utilitária e mercantil carrega em si a ausência de relações sociais duradouras para além do ato de troca, que por sua vez, se encerra tão logo os objetos cambiados se anulem na sua equivalência utilitária, isto é, no seu preço (FRANÇA E DZIMIRA, 1999). Essa estrutura anti-utilitária que fundamenta a economia solidária permite a criação de uma sociedade e de um modo de produção e socialização em que, “[...] através da cooperação [e] da ajuda mútua, [...] têm como uma de suas prioridades ser instrumentos de melhoria das condições de vida dos atores sociais, buscando impulsionar o aumento da qualidade de vida das comunidades” (FERREIRA E SOUSA, 2018, p. 124).

Para reforçar essa construção, França e Dzimira (1999) expõem suas compreensões acerca da conceituação da economia solidária intrinsecamente a partir do mecanismo da dádiva. Entendem, dessa forma, também a partir dos conceitos utilizados por Karl Polanyi (2000), que as organizações econômicas poderiam ser constituídas, em maior ou menor grau, por três dimensões diferentes de produção e distribuição de riqueza. A dimensão *mercantil*, que diz respeito à economia de mercado; a *não-mercantil*, que abrange, principalmente, o esforço redistributivo das ações do Estado; e a dimensão da economia *não-monetária*, que corresponde às atividades como o trabalho doméstico, a economia informal do cuidado e as atividades voluntárias. Dessa forma, e aqui reside o aspecto importante para a continuidade desse trabalho, a economia solidária será compreendida não como um modelo de organização da sociedade e da economia que substituirá ou irá homogeneizar essas dimensões, mas sim será compreendida como uma forma de articulação e **coexistência** de todas elas. Isto é, a economia solidária abará desde as relações mercantis de compra e venda da produção, como pode ser observado nas experiências das cooperativas, até a atuação conjunta com agentes reguladores e

fomentadores do Estado, como poderá ser observada na assimilação da economia solidária como política pública, sendo perpassada a todo momento, é claro, pelas manifestações de solidariedade e reciprocidade (FRANÇA E DZMIRA, 1999).

A partir do entendimento da abrangência da economia solidária entre todas essas dimensões, poderemos, por um lado, melhor compreender as experiências históricas de economia solidária, que serão apresentadas adiante. Essas experiências se manifestam em empreendimentos cooperativos e associativos, recuperação e autogestão de empresas em processo de falência, bancos comunitários e moedas sociais organizados pela própria comunidade, produção artesanal familiar, agricultura familiar e comunitária entre outros exemplos. E por outro lado, poderemos também compreender a interação da economia solidária com o Estado, ou com a dimensão *não-mercantil*, que se materializará, principalmente, em políticas públicas voltadas para o fomento de experiências solidárias, com enfoque na geração de trabalho e renda. Essa última discussão será realizada no capítulo 3 e se apresenta como central para esse trabalho, já que suscita o questionamento dos limites dessas interações, assim como o desenvolvimento de relações de dependência e autonomia dos empreendimentos e iniciativas solidárias em relação ao poder público.

### 2.3. O SURGIMENTO E O RESGATE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

#### 2.3.1. O cooperativismo revolucionário

O surgimento da economia solidária se deu sob a forma das iniciativas cooperativas e associativas que emergiram na esteira da primeira revolução industrial, na Grã-Bretanha. O impulso para a expansão do movimento foi dado pelo cenário de crescente empobrecimento de parcela considerável da população trabalhadora britânica. A perda de postos de trabalho, resultante da automação da produção, somada com a explosão da disponibilidade da mão-de-obra, como resultado do movimento de saída dos camponeses da área rural, contribuíram para as diversas manifestações contrárias ao desemprego e à pobreza nas cidades industriais (SINGER, 2002).

Essas manifestações foram organizadas, paralelamente, como instâncias de reflexão e discussão acerca dos problemas gestados por essa economia mercantil. Direcionadas para a promoção de uma sociabilidade democrática, integrando os diversos atores afetados pela insurgência da revolução industrial, essas movimentações articulavam ideários de justiça social

e econômica, além de denunciar a vacância de poder e reivindicar a liberdade para os próprios organizados governarem (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004).

A partir da antagonização com a economia mercantil excludente que se disseminava, foram experimentadas diversas iniciativas de associacionismo e cooperativismo tanto na Grã-Bretanha quanto nos Estados Unidos e na França. Essas iniciativas concentraram-se entre a segunda e a quarta década do século XIX e tiveram fortes influências do movimento sindicalista e anarquista de tradição revolucionária, que ganhavam especial vigor naquele momento. Essa influência aconteceu de tal forma que uma das principais caracterizações recentes da economia solidária, a sua oposição ao modo de produção capitalista, pode ser capturada a partir dos conflitos e contradições insurgentes das lutas sindicalistas do início do século XIX (SINGER, 2002; FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004). As cooperativas que surgiam no seio do movimento sindicalista estavam de tal forma

[...] estreitamente ligadas à luta de classes conduzida pelos sindicatos, [o que] conferia a essa luta uma radicalidade muito maior. Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhoria salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão (SINGER, 2002, p. 29).

Essa caracterização essencialmente política no surgimento das associações e das cooperativas vai acompanhar todo o decorrer da gestação e amadurecimento da economia solidária. Por um lado, o estabelecimento do laço social entre os operários dentro da própria atividade econômica vai levantar questões organizacionais referentes à regulação da propriedade privada e a relação das organizações com o poder público. Enquanto que, por outro lado, o ideário de igualdade herdado dos movimentos sociais precipita as discussões sobre as possibilidades de transformação institucional, sobre a reivindicação de legitimidade das associações e sobre a solidariedade entre as próprias associações, levantando conceitos como fraternidade e democracia associacionista (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004).

Essas manifestações nos indicam que, já no princípio do surgimento das cooperativas e associações, havia o entendimento da necessidade de criação de redes de apoio para assegurar a viabilidade econômica dos empreendimentos, tanto do ponto de vista das necessidades da produção quanto da garantia do consumo do que era produzido pelas cooperativas. Assim, foram idealizadas as primeiras aldeias cooperativas, agrupamentos de diversos empreendimentos cooperativos com a finalidade de apoiar-se mutuamente. Dessa maneira,

procurava se estabelecer um comércio não mediado pela rentabilidade do capital investido e nem pelas relações de trabalho predominantes sob a lógica do capital (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004; SINGER, 2002). No estabelecimento destas aldeias, se observa o florescimento de um verdadeiro ecossistema cooperativo para garantir tanto a viabilidade econômica, quanto a diversidade de relações entre os cooperados. No desenvolver dessas iniciativas, surgem os mercados de escambo, criam-se moedas próprias associadas, por exemplo, às horas homogêneas de trabalho, bancos do povo e outras tantas experiências (SINGER, 2002).

Em suma, essa colocação histórica demonstra a proximidade do surgimento da economia solidária com os movimentos sindicalistas e anarquistas revolucionários do século XIX. A oposição ao modo de produção capitalista, assim como o repúdio à instituição do lucro como mediador das relações sociais e econômicas contribuem para a denominação de “cooperativismo revolucionário”, atribuída por Singer (2002), para essa fase inicial da economia solidária, que reforça a antagonização da economia solidária com o modelo capitalista hegemônico.

### 2.3.2. Da revolução ao mal-estar: a economia solidária no pós-guerra

Tornou-se comum compreender os avanços e recuos da economia solidária no decorrer do século XX à luz dos acontecimentos dos conflitos de classes. Nesse sentido, os avanços ocorridos após o fim da Segunda Guerra Mundial em benefício dos trabalhadores, com o crescimento e consolidação dos Estados de bem-estar social, enfraqueceu a capacidade de mobilização e engajamento da economia solidária. A garantia de mais direitos trabalhistas para os assalariados, somada ao fortalecimento dos sindicatos organizados, puseram em segundo plano o agora distante objetivo de superação do assalariamento (SINGER, 2002).

O desenvolvimento deste novo cenário mudou a perspectiva de luta das organizações de trabalhadores. Assim, o objetivo passou a ser assegurar os novos direitos conquistados e preservar os postos de trabalho existentes. Nesse sentido, “[...] o Estado elaborava um modo específico de organização, o social, tornando viável o crescimento da economia mercantil através da sua conciliação com a cidadania dos trabalhadores” (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 54). Em outras palavras, a própria atuação reguladora do Estado, incidente sobre as problemáticas gestadas pelo capitalismo, assegurou a ambientação e institucionalização do salário – e, portanto, da economia mercantil – como articulador entre o social e o econômico. A partir desse momento,



[...] o projeto igualitarista democrático exprime-se pela progressão conjunta do estatuto salarial e das garantias do Estado, do consumo de massa e da proteção social [...]. Progressivamente, laços sociais outros, vis-à-vis daqueles tecidos no quadro relação assalariada, distendem-se. O laço econômico tende, então, a passar oficialmente por laço social (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 67).

Essa mudança provocou, junto a uma queda no interesse na economia solidária, uma transformação no interior das cooperativas. Pode se observar com mais frequência o emprego do assalariamento dentro das próprias cooperativas, à medida em que os trabalhadores associavam o trabalho assalariado como um sinônimo de “cidadania social”, tão presente na cultura moderna do trabalho (GOMES, 2005). Ao surgir uma classe operária que tomou como padrão o pleno emprego das forças de produção e, portanto, baixos índices de desemprego, deixou-se de lado o questionamento do assalariamento como mediador social e do lucro como mediador produtivo. Isto é, os próprios princípios da economia solidária foram flexibilizados, adaptados, frente a um cenário de atenuação da luta de classes no seio do desenvolvimento capitalista (SINGER, 2002).

Entretanto, após as crises econômicas dos anos de 1970 e 1980 e o advento do neoliberalismo, iniciou-se uma reversão no movimento da economia solidária. O enfraquecimento dos sindicatos e a contínua flexibilização do mercado de trabalho – pondo em dúvida a manutenção dos direitos trabalhistas outrora conquistados – gerou uma massa de desempregados que há tempos não era vista, além de contribuir para a precarização das condições dos postos de trabalho que eram mantidos. Dessa forma, houve uma espécie de reinvenção da economia solidária. Isto é, não apenas o retorno a esse modo de organização do trabalho, mas também o resgate e adaptação de seus princípios mais fundamentais (SINGER, 2002).

Essa crise observada pode ser compreendida por duas interpretações: uma crise econômica e uma crise de valores. A crise econômica foi brevemente apresentada acima e está relacionada à introdução de novas tecnologias, novas formas de produção, internacionalização e terceirização do trabalho e da produção (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004). Nesse cenário há, conjuntamente com uma retração da demanda observada a partir dos anos 1970, uma “exacerbação” da concorrência, intensificada pela entrada de novos agentes produtores no mercado internacional – isto é, em termos *schumpeterianos*, um novo ciclo econômico induzido por uma destruição criativa (SCHUMPETER, 1961).

Por outro lado, há o que França Filho e Laville (2004) compreendem como uma crise de valores, decorrente das transformações observadas na sociedade, direcionadas, majoritariamente, para as contradições existentes na atuação do Estado de bem-estar social. Essa crítica viria carregada de um questionamento sobre a viabilidade e sustentabilidade do modelo de crescimento econômico pautado no consumo de massa, mas também de um questionamento sobre a realização do ser social no *ter*, em termos quantitativos. A partir desse momento começa a se colocar em dúvida o crescimento quantitativo como *proxy* da qualidade de vida, e passa a se considerar e dar primazia às transformações demográficas observadas na sociedade. Essas reivindicações podem ser observadas nos movimentos ecológicos, feministas e estudantis que florescem na década de 1970 e “[...] abordam, de modo confuso no seu conjunto, uma reflexão sobre a saída da sociedade econômica, ou seja, da sociedade estruturada pela luta contra a escassez” (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 74).

Ao se virar para o Estado de bem-estar social, essa crítica ganha contornos para além do econômico, questionando novamente a sociabilidade vigente, assim como foram os movimentos cooperativistas no século anterior. A regulação da sociedade tomada a cabo pelo Estado de bem-estar social, em tentativa de substituir a regulação empreendida pelo mercado, representou a elevação do interesse coletivo sobre o individual; ou melhor, do interesse público sobre o privado – próximo do entendimento do conceito de domínio público abordado anteriormente. Entretanto, a regulação da sociedade desempenhada pelo Estado mostrou-se incapaz de produzir formas coletivas de viver em conjunto, dando continuidade, indiretamente, à atomização e individualização da sociedade. Em outras palavras,

[...] a redistribuição fiscal dos produtos da expansão, os sistemas de previdência social, de seguridade obrigatória, de proteção, suprimindo bem ou mal a dissolução das solidariedades e dos laços sociais [pela economia de mercado], não criam novas solidariedades: o Estado redistribuía ou reatribuía uma parte da riqueza socialmente produzida sem que nenhum vínculo de solidariedade vivida fosse estabelecido entre os indivíduos e as classes. Os cidadãos não eram sujeitos [...], mas sim os administrados (GORZ, 1988, p. 227).

Dessa forma, o Estado de bem-estar social mostrou-se incapaz de criar relações comunitárias e coletivas portadoras da solidariedade, por mais que tenham sido compensatórias e bem sucedidas suas ações no campo social. Aqui, não questionamos a capacidade de o Estado reduzir a pobreza ou a desigualdade de renda, nem sequer sua capacidade de ofertar serviços públicos de qualidade, mas questiona-se, sim, sua capacidade, enquanto mecanismo regulador

das interações sociais, de restabelecer a sociabilidade comunitária e o ideário do viver em conjunto.

Este entendimento será norteador para a sequência desse trabalho, já que aqui buscamos também compreender como ocorreu a institucionalização da economia solidária pelo Estado através das políticas públicas, observando o caso específico da cidade de Maricá. Essa institucionalização não pode ser compreendida sem levarmos em consideração as contradições inerentes à atuação do Estado no âmbito da criação dos laços sociais, discutidas acima. Se temos por hipótese que a atuação do Estado é incapaz de criar essas redes de solidariedade, estaríamos condenando as experiências de políticas públicas de economia solidária ao fracasso, à luz do que entendemos aqui como economia solidária. Nos cabe, então, observar se a constituição de um “Estado de bem-estar local” é capaz de superar essas dificuldades.

Nesse quesito, acreditamos que seja possível o estímulo dos laços sociais e das redes de solidariedade por parte do Estado, principalmente através dos *espaços públicos de proximidade*, para frear o crescimento das interações anônimas. Esses espaços consistem numa tentativa de resolver problemas cotidianos na esfera pública, através de uma ação coletiva, que mobilize a população e os seus princípios de solidariedade. Os serviços gestados nesses espaços possuem a particularidade de aproximar demanda e oferta, de maneira que a oferta possa se adaptar à demanda coletiva. Assim, “[...] os serviços solidários supõem a ruptura com uma posição de submissão onde a demanda é obrigada a se moldar às ofertas formais existentes” (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 104).

Ao estimular a criação e manutenção desses e de outros espaços, adaptando os conceitos de economia solidária à realidade local e às possibilidades de efetivação através das políticas públicas, o Estado pode ser capaz de contribuir para o florescimento de laços sociais e comunitários de solidariedade entre os cidadãos. Dessa forma, a sequência deste trabalho busca compreender como ocorreu essa institucionalização da economia solidária em âmbito federal, para depois assimilar em que medida e de que maneira a Prefeitura Municipal de Maricá foi capaz de incluir todo esse conceitual no quadro de suas políticas públicas, combinando a economia solidária com diversos outros paradigmas de desenvolvimento local.

### 3. ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA

A institucionalização da economia solidária como política pública a ser promovida pelo Estado não se deu livre de conflitos e discussões. Como levantado no capítulo anterior, o cenário econômico e social dos anos finais da década de 1980 e do decorrer da década de 1990, caracterizados pela persistência dos altos índices de desemprego e pobreza, que se somavam ao avanço da reestruturação produtiva, induziu às buscas por formas alternativas de organização do trabalho por parte dos gestores públicos. Isso nos permite compreender a internalização da economia solidária como política pública inserida no movimento mais abrangente de “tratamento social do desemprego”, que procurava viabilizar o enfrentamento público das questões sociais a partir da integração econômica daquela parcela da população antes excluída (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004; NAGEM E SILVA, 2013).

No entanto, um dos conflitos mencionados, pelo lado da economia solidária, irá acompanhar todo o debate sobre a internalização no quadro das políticas públicas: o risco relacionado à instrumentalização das experiências de economia solidária por parte do setor público. Apesar da importância e da essencialidade do apoio do Estado na promoção dessas experiências, alguns componentes fundamentais de sua identificação, como sua espontaneidade e sua autonomia, correm o risco de serem flexibilizados no decorrer do processo. Nesse aspecto, “[...] a dinâmica dessas formas de organização se efetua numa tensão dialética, configurando um jogo ambíguo entre reconhecimento e instrumentalização, que inclusive reflete a própria história da articulação entre o Estado e mundo associativo” (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 148). Daí a importância de compreender o processo de institucionalização da economia solidária carregada de conflitos inerentes ao próprio processo.

É sobre esse pano de fundo que buscaremos aqui compreender o processo de institucionalização da economia solidária, atentando, sempre que possível, para as convergências e divergências dessa articulação com o conceitual teórico de economia solidária explicitado no primeiro capítulo. Assim, abordaremos as políticas públicas de economia solidária no âmbito federal, a partir da criação e da atuação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ao longo da década de 2010, explorando suas limitações e seus avanços para o movimento como um todo. Posteriormente, abordaremos o caso específico da economia solidária como política pública no âmbito local, a partir da experiência mais recente da Prefeitura Municipal de Maricá, que combina políticas voltadas para a promoção da justiça social, da economia solidária e do desenvolvimento local.

### 3.1. A SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Institucionalmente associada ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), a SENAES foi criada em 2003, instituída pelo decreto presidencial nº 4.764, de 24 de junho do mesmo ano. O cenário que permeia a sua criação não difere do apresentado acima, com a intensificação da agenda neoliberal na década de 1990 e as crescentes flexibilizações verificadas nos mercados, principalmente no mercado de trabalho, observadas no Brasil e no mundo. Além do aprofundamento das contradições do modelo de desenvolvimento econômico vigente, o momento de institucionalização da economia solidária é também marcado por uma profunda transformação das formas de luta política empreendidas pelos movimentos sindicais e sociais, que buscavam articular a luta social com a inserção econômica da população, na tentativa de responder às mudanças assistidas no funcionamento da economia (SCHIOCHET, 2009).

A intensificação dessas transformações, tanto na sociedade quanto na organização dos movimentos sindicais e sociais, levou à adoção de algumas políticas públicas nas esferas municipais e estaduais no Brasil, a partir da metade da década de 1990, que antecederam a criação da SENAES. Nessa circunstância, a luta dos movimentos sociais incitava um questionamento à resposta dada pelo Estado à reestruturação do trabalho na sociedade, muito relacionado também com a crise de valores mencionada na seção 1.3.2. A análise, assim, era de que o Estado se organizava de maneira a combater o desemprego apenas pelas vias formais, baseado no método de ação característico do Estado de bem-estar social que priorizava ações via seguro-desemprego, intermediação da mão-de-obra e qualificação profissional. Essas ações, no entanto, não respondiam às necessidades efetivas da população desamparada pelo desemprego e pela informalidade, como pode ser observado na Tabela 1, nem do ponto de vista da geração de trabalho e renda e nem da reestruturação da sociabilidade perdida (NAGEM E SILVA, 2013; FRANÇA FILHO E DZIMIRA, 1999; STAEVIE, 2009).

Tabela 1 – Taxa de desemprego e informalidade entre 1995 e 2002

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Desemprego (%)	6,7	7,6	8,5	9,7	10,4	10	9,9
Informalidade (%)	43,7	44,7	44,9	45,6	47,8	48,5	49,0

Fonte: IPEADATA.

Dessa forma, a primeira política pública implementada, levada a cabo pelo então governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, teve como objetivo principal o apoio ao surgimento de pequenos negócios cooperativos, que permitiria aos seus gestores, vítimas até então do desemprego, garantirem o autoemprego e a independência em relação à assistência social e às políticas de transferência de renda. Essa política assentava-se na capacitação profissional e na formação em autogestão, no financiamento, na comercialização e na incubação de novos empreendimentos solidários e seria, posteriormente, tomada como uma das bases para a implementação da SENAES, criada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, correligionário de Olívio Dutra no Partido dos Trabalhadores (NAGEM E SILVA, 2013; PITAGUARI; SANTOS; CAMARA, 2012).

Entretanto, antes mesmo de ser instituída a SENAES, já podíamos observar o surgimento, no Brasil, de diversas instituições organizadas a partir da sociedade civil que nos indicariam o crescimento da economia solidária como forma de organização econômica nascente da sociedade. Assim, em 2001 ocorreu o I Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, composto, entre outros, pelo Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, responsável pela entrega a Lula da carta *Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento*, na ocasião da disputa eleitoral do ano seguinte. Além da presença da economia solidária no I FSM, podemos observar, ao longo dos anos de 1990, a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), da União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL), do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) e de tantas outras organizações que vieram se somar à construção da economia solidária como alternativa política e econômica (SINGER, 2002). Além disso, pôde ser observada a intensificação da produção acadêmica na temática da economia solidária, como relatado por Nagem e Silva (2013), que nos sugere o preenchimento de espaços cada vez mais diversos, para além dos movimentos sociais e sindicais.

Isso evidencia que, apesar de ter sido um marco histórico para a economia solidária no Brasil, a criação da SENAES não pode ser compreendida como um ato isolado. Seu surgimento está diretamente associado ao florescimento das práticas solidárias na sociedade civil e representa o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro de “[...]um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho” (SINGER, 2004, p. 03).

Essa constatação reforça, no entanto, uma importante característica no processo de institucionalização da economia solidária no Brasil, que pode ser observada tanto a partir da atuação da SENAES, quanto no processo de disseminação da economia solidária como políticas públicas locais, nos municípios. Essa característica é sintetizada por Schiochet (2009), para quem a economia solidária teria entrado pela “porta dos fundos” na agenda de políticas governamentais. Isto é,

[...] em sua trajetória, estas políticas foram forjando sua identidade no interior de outras políticas, das políticas de trabalho e renda, de assistência social, de desenvolvimento rural, de desenvolvimento econômico etc. A economia solidária se apresentava como parte de outras políticas – políticas setoriais ou temáticas que a precederam na agenda dos governos e do Estado, e que a englobaram e não como uma política específica (SCHIOCHET, 2009, p. 58).

Essa tese pode ser ainda mais evidenciada se levarmos em consideração dois importantes fatores. Primeiro, o próprio ambiente político-institucional que permeia a criação da SENAES, onde a diversidade de coalizões políticas, por vezes conflitantes, legaria à economia solidária um papel marginal no rol de políticas públicas do governo. Essa atuação marginal estaria ligada à transversalidade da economia solidária e ao seu funcionamento como uma espécie de auxílio às demais áreas o governo, como, por exemplo, sua própria inserção sob o MTE, onde sua função principal seria auxiliar o Ministério na geração de postos de trabalho (SINGER, 2002). Segundo, a execução orçamentária das políticas sob responsabilidade da SENAES. Nesse quesito, as políticas empreendidas pela SENAES representaram tão somente 0,09% do orçamento do MTE entre os anos de 2004 e 2010 e, “[...] embora sejam importantes, são frágeis e resultam em ações de pouco vulto para o fortalecimento político-institucional da economia solidária como marca política no governo federal” (NAGEM E SILVA, 2013, p. 173). Portanto, no quadro das políticas públicas, podemos reconhecer o caráter auxiliar das políticas de economia solidária, assim como a flexibilidade na sua atuação, que serão pontos essenciais na análise realizada no próximo capítulo.

Outra complicação que surge durante esse processo de institucionalização, e é reforçada pelas questões colocadas acima, está relacionada com a possibilidade de garantia da continuidade dessas políticas. Para Schiochet (2009) a questão posta é a forte caracterização dessas políticas como políticas de governo e não de Estado, o que enfraquece a sua permanência para além das coalizões políticas conjunturais. Essa incerteza é endossada pela própria análise da execução orçamentária da Secretaria, a qual evidencia que

[...] os instrumentos orçamentários da SENAES [...], comungam da mesma fragilidade de outras políticas sociais, já que seus recursos [...] podem ser diminuídos por meio de cortes ou contingenciamentos ao longo do ano, de acordo o desejo do comando econômico do governo federal. Com isso, a possibilidade de descontinuidade das ações propostas ou em curso é muito grande, e a política vive em um estado de instabilidade, necessitando constantemente de negociações diversas com a cúpula de governo (NAGEM E SILVA, 2013, p. 171).

Esse problema ficou evidenciado durante o ano de 2016, na ocasião do impeachment da presidente Dilma Rousseff. Nesse cenário, a mudança da composição de forças do Congresso Nacional e a tomada do poder por grupos políticos conservadores em termos de políticas sociais, fizeram com que a própria SENAES perdesse o status de Secretaria, passando a exercer um papel institucional ainda mais discreto dentro do MTE. Além da perda de importância institucional, os próprios processos empreendidos no âmbito da economia solidária passaram a ser tomados segundo outros princípios, que não aqueles previstos na autogestão (ARCANJO E OLIVEIRA, 2017). A relevância desse problema para este trabalho está também na possibilidade de observá-lo na análise das políticas públicas municipais em Maricá. Neste caso, a internalização da economia solidária também fica dependente da coalizão político-partidária vigente que, apesar de avançar na sua consolidação, é naturalmente incapaz de garantir a sua permanência em caso de mudança na gestão, como aconteceu no governo federal.

Um fenômeno que pode ser visto como uma forma de atenuação das dificuldades mencionadas acima foi a criação, na sequência da instituição da SENAES, de diversos órgãos de diálogo e apoio entre a Secretaria e a sociedade civil. O fortalecimento de um “ecossistema” para além dos órgãos governamentais pode auxiliar na consolidação da economia solidária como um conjunto de demandas legítimas emanadas da sociedade e, portanto, imunes às mudanças institucionais e eleitorais. Dentre esses órgãos podemos listar alguns que tiveram grande contribuição para esse processo, como o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) – que fortaleceu a participação da economia solidária nas políticas públicas, colocando como objetivo “[...] aprofundar a institucionalização da participação e do controle social, mas de forma a assegurar os necessários mecanismos de articulação e a integração da economia solidária com as outras políticas públicas” (SCHIOCHET, 2009, p. 58) – e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), ambiente de discussões, debates e proposições acerca da formulação da economia solidária, responsável pela criação de fóruns estaduais e municipais



em todo o Brasil e considerado o principal interlocutor entre a Secretaria e a sociedade civil organizada (PITAGUARI; SANTOS; CAMARA, 2012; ARCANJO E OLIVEIRA, 2017).

Um *proxy* da consolidação desse ecossistema pode ser encontrado no próprio crescimento da economia solidária na sociedade. Para isso, uma das ações mais importantes da SENAES foi a promoção do Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, com a primeira edição realizada entre 2005 e 2007 e a segunda realizada entre 2009 e 2013. Para entendermos o ambiente da economia solidária no momento da criação do Programa Municipal de Economia Solidária em Maricá, em 2013, apresentaremos adiante alguns dos principais resultados relacionados ao segundo mapeamento.

### 3.2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MAPA

Os dados a serem apresentados abaixo foram retirados do site [Atlas Digital da Economia Solidária](#), que sintetiza e disponibiliza os dados do segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários. Os dados compõem o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), uma iniciativa da SENAES promovida na década passada, antes da extinção da Secretaria. Como forma de validação dos dados disponibilizados no site, dada a impossibilidade de acessar a base de dados do SIES no momento, foi realizada uma conferência com os dados do mesmo mapeamento apresentados no relatório de pesquisa *Os novos dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil* (SILVA E CARNEIRO, 2016).

Os empreendimentos econômicos solidários são as unidades básicas de análise dos dados apresentados. Aqui abordaremos algumas das principais questões associadas a esses empreendimentos, como suas motivações, dificuldades e orientações. Como o objetivo constitui-se em apenas apresentar um panorama geral dos empreendimentos para a compreensão do momento da economia solidária no começo da década de 2010, nos furtaremos de fazer uma análise mais pormenorizada, deixando de lado questões que poderiam ser importantes para uma análise mais detalhada desses empreendimentos<sup>5</sup>.

De início, poderemos explorar algumas informações essenciais desses empreendimentos, como sua forma de organização, motivações e direcionamento. No primeiro quesito, 60% dos empreendimentos se organizam sob a forma de associações, enquanto 30% se organizam em grupos informais e apenas 9% em cooperativas. Há ainda a organização

---

<sup>5</sup> Para uma análise mais detalhada dos dados e/ou da metodologia utilizada pelo Mapeamento, ver Silva e Carneiro (2016).

residual em sociedades mercantis, que constitui menos de 1% dos empreendimentos econômicos solidários, como pode ser observado na Tabela 2. Esses números revelam um certo grau de fragilidade institucional dos empreendimentos, já que a forma mais recomendada de organização – em termos de possibilidades de comercialização e acesso ao crédito, financiamento e programas de apoio dos governos – são as cooperativas. Isso nos remete à importância do apoio público a essas organizações, viabilizando assessoria técnica, jurídica e financeira como suporte para encaminhar sua formalização (SILVA E CARNEIRO, 2016).

Tabela 2 – Forma de organização dos empreendimentos solidários, 2013

<b>Forma de organização</b>	<b>Nº de empreendimentos</b>	<b>%</b>
Grupo informal	6.018	30,5
Associação	11.823	60,0
Cooperativa	1.740	8,8
Sociedade mercantil	127	0,6
<b>Total</b>	<b>19.708</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (2013)

No segundo quesito, ao observar as principais motivações para a criação desses empreendimentos, poderemos verificar algumas questões mencionadas no primeiro capítulo deste trabalho. A Tabela 3 nos indica que as três motivações mais relatadas pelos empreendimentos estão relacionadas com questões econômicas. São elas: complementação de renda, alternativa ao desemprego e obtenção de maiores ganhos. Podemos verificar, portanto, como a questão do desemprego e dos baixos salários contribui para o impulsionamento da economia solidária. Na sequência das mais relatadas, observam-se duas motivações intimamente relacionadas com os valores simbólicos e organizacionais da economia solidária: desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos – indicando a disposição para construção de empreendimentos autogestionários – e desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades – evidenciando a dimensão simbólica da construção comunitária

e coletiva. Esse caráter comunitário e coletivo é evidenciado, também, na observação de 9.091 (46%) empreendimentos que participam ou promovem ações sociais e comunitárias.

Vale também ressaltar que 3.113 empreendimentos mencionaram o incentivo de políticas públicas como uma das principais motivações para a criação do empreendimento solidário. Apesar de não figurar entre as motivações mais reportadas, esse número demonstra certa importância das políticas públicas não só na etapa da viabilização dos empreendimentos solidários já existentes, no apoio jurídico, técnico e econômico, mas também no incentivo desde o surgimento desses empreendimentos.

Tabela 3 – Principais motivações para a criação do empreendimento solidário, 2013

<b>Motivo</b>	<b>Nº de empreendimentos</b>
Alternativa ao desemprego	9.106
Obtenção de maiores ganhos	8.471
Complementação de renda	9.624
Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	8.024
Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica	2.828
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	4.130
Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar	601
Motivação social, filantrópica ou religiosa	3.801
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	5.646
Alternativa organizativa e de qualificação	3.160
Incentivo de política pública	3.113

Organização econômica de beneficiários de políticas públicas	1.510
Fortalecimento de grupo étnico	1.912
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	1.607
Outro	1.890

Fonte: Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (2013)

Nota: Cada empreendimento pôde relatar mais de uma resposta.

Já na dimensão estritamente econômica dos empreendimentos solidários, tentaremos compreender suas atividades, potencialidades e as principais dificuldades relatadas. Como principal atividade econômica reportada pelos empreendimentos, a maior parte (56%) se organizam na produção, enquanto 13% se organizam na comercialização ou organização dela e 20% no consumo e no uso coletivo de bens e serviços pelos sócios – forma bem tradicional observada no surgimento da economia solidária. O pouco mais de 10% restante se subdividem entre troca de produtos ou serviços, prestação do serviço ou trabalho a terceiros e, por fim, poupança, crédito ou finanças solidárias, como pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4 – Principal atividade econômica dos empreendimentos solidários, 2013

<b>Atividade</b>	<b>Nº de empreendimentos</b>	<b>%</b>
Troca de produtos ou serviços	430	2,2
Produção ou produção e comercialização	11.081	56,2
Comercialização ou organização da comercialização	2.628	13,3
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	1.296	6,6
Poupança, crédito ou finanças solidárias	328	1,7

Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	3.945	20,0
<b>Total</b>	<b>19.708</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (2013)

Outro fator relevante se encontra no acesso dos empreendimentos solidários ao crédito ou financiamento. Como sabemos, a viabilidade econômica dos empreendimentos é, frequentemente, possibilitada por esses instrumentos. Assim, como pode ser verificado na Tabela 5, dentre os empreendimentos que buscaram algum tipo de crédito ou financiamento (23%), menos da metade obteve. A respeito disso, é importante destacar duas observações. Em primeiro lugar, o fato de 76% dos empreendimentos não terem buscado qualquer tipo de financiamento não quer dizer que não haja demanda para tal. Pelo contrário, cerca de 69% dos empreendimentos relataram haver necessidade de financiamento no período da realização da pesquisa. Em segundo lugar, do volume total de crédito ou financiamento concedido, quase 15% é preenchido por cooperativas de crédito, bancos comunitários ou fundos solidários. Isso evidencia a importância desses tipos de organizações na maturação dos empreendimentos solidários, já que são capazes de atender uma parte não desprezível da demanda por financiamento.

Tabela 5 – Empreendimentos que tiveram acesso ao crédito ou financiamento, 2013

	<b>Total</b>	<b>%</b>
Não buscou crédito ou financiamento	15.118	76,7
Buscou e obteve crédito ou financiamento	2.189	11,1
Buscou e não obteve crédito ou financiamento	2.401	12,2
<b>Total</b>	<b>19.708</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (2013)

Por fim, nos cabe compreender também as principais dificuldades associadas à manutenção dos empreendimentos solidários. Segundo as respostas obtidas pelo Mapeamento, apresentadas na Tabela 6, os dois principais desafios mais reportados são também de natureza econômica: viabilizar economicamente o empreendimento e gerar renda adequada aos sócios. Em sequência, aparecem a dificuldade de manter a união do grupo/coletivo e a dificuldade de efetivar a participação e a autogestão. Essa última questão foi abordada por Singer (2002, p. 20), para quem “[...] a prática autogestionária corre o perigo de ser corroída pela lei do menor esforço”, o que acabaria contribuindo para a desunião e dispersão dos próprios associados. Destacam-se também, ainda que em menor frequência, questões importantes para se pensar os empreendimentos solidários a partir da promoção de políticas públicas, como a garantia de proteção social e a conscientização política e ambiental dos sócios.

Tabela 6 – Principais desafios dos empreendimentos solidários, 2013

<b>Desafio</b>	<b>Nº de empreendimentos</b>
Viabilizar economicamente o empreendimento	13.108
Gerar renda adequada aos sócios	14.503
Garantir proteção social	7.755
Efetivar a participação e a autogestão	8.611
Alcançar a conscientização e a politização dos sócios	6.714
Alcançar maior conscientização ambiental dos sócios	7.294
Promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidária	8.457
Manter a união do grupo/coletivo	11.048
Outro	3.105

Fonte: Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (2013)

Nota: Cada empreendimento pôde relatar mais de uma resposta.

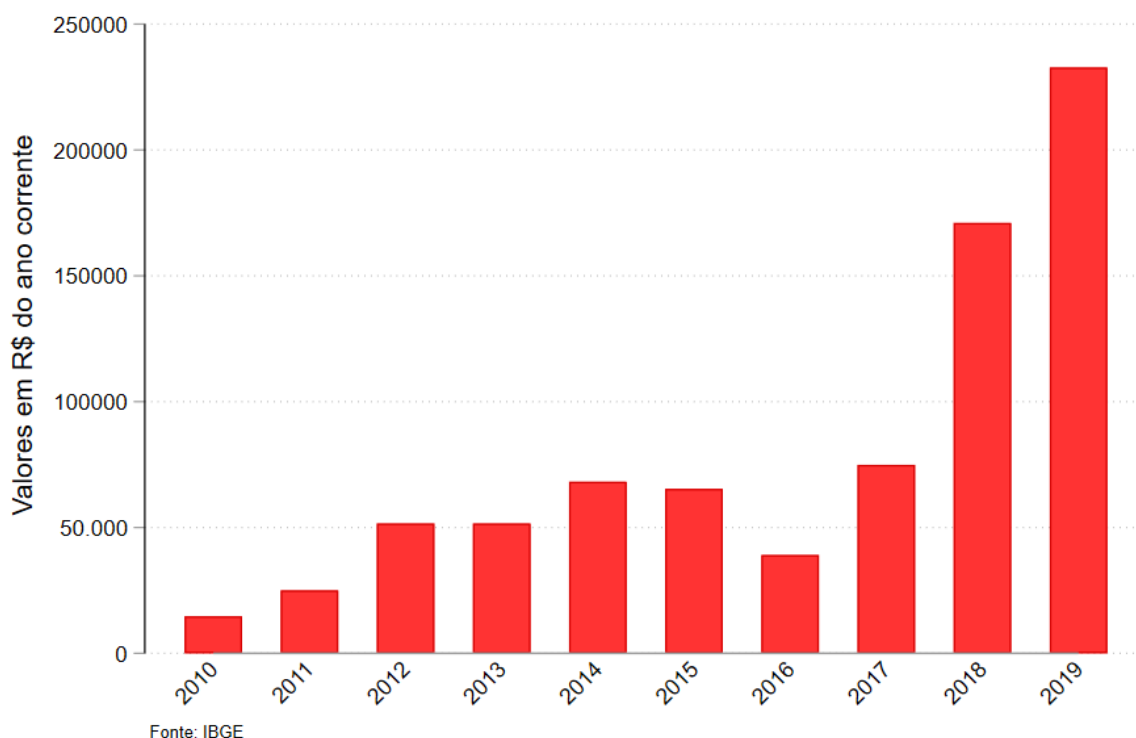
A importância da análise desse panorama está na evidenciação de que a economia solidária tem a capacidade, enquanto movimento, de assumir diferentes formatos na sua execução prática. Como exposto no capítulo 2, a caracterização da economia solidária não pode ser feita senão enquanto fenômeno, levando em consideração o contexto histórico e institucional e a realidade prática de cada experiência. Isto nos coloca na posição de, frequentemente, observar dinâmicas divergentes na sua concretização, como será o caso abordado no próximo capítulo. Ao ser internalizada como política pública municipal, num contexto específico de interlocução com diversas outras políticas de desenvolvimento local, a economia solidária sofre modificações e adaptações, dando origem a uma dinâmica única e inovadora.

## 4. A EXPERIÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MARICÁ

### 4.1. ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O município de Maricá pode ser considerado um dos principais e mais particulares municípios do Estado do Rio de Janeiro. A partir dos dados do Censo Demográfico de 2010, Maricá possuía uma população de 127 mil habitantes e o oitavo maior IDH do Estado do Rio de Janeiro naquele ano. O crescimento populacional de Maricá, em relação ao Censo de 2000, foi da ordem de 66%, sendo o segundo maior crescimento populacional dentre os municípios fluminenses. Hoje estimada em 161 mil habitantes, a população de Maricá possui o maior Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do estado, que evoluiu expressivamente nos últimos anos, como pode ser visto no Gráfico 1.

Gráfico 1 – PIB *per capita* do município de Maricá (RJ), 2010-2019



Essa evolução esconde, no entanto, uma outra particularidade do município de Maricá em relação aos outros municípios fluminenses. Desde 2012, o município é um dos principais beneficiados do modelo de distribuição das rendas petrolíferas no Estado do Rio de Janeiro. Essas rendas petrolíferas, que unem tanto as receitas de *royalties* do petróleo quanto as receitas



distribuídas pelos fundos de participações, permitem ao município de Maricá apresentar a maior receita orçamentária *per capita* do estado, maior, inclusive, do que a capital (CENPE, 2020). Isso viabilizou, a partir de 2013, a criação de um amplo sistema de atuação estatal, que sustentou financeiramente as políticas empreendidas desde então. Essa receita foi fundamental para o que se seguirá analisando nesse trabalho, já que a “aplicação das rendas petrolíferas em despesas com investimentos possibilita, a médio e longo prazos, a ampliação da infraestrutura necessária para a ampliação da base econômica municipal” (CENPE, 2020, p. 14).

Entretanto, apesar desses bons indicadores apresentados, o município de Maricá amarga algumas dificuldades que se acumulam através dos anos. É o caso, por exemplo, da população ocupada. No ano de 2020, Maricá ocupava a 56ª posição, de 92, no ranking dos municípios fluminenses em termos de parcela da população ocupada. Um dos diagnósticos desse problema está na caracterização da cidade como sendo uma “cidade dormitório”. Isso significa que uma parte significativa da atividade econômica da população se dá em municípios vizinhos. Assim, os moradores maricaenses precisariam se deslocar para outras cidades para trabalharem, voltando para Maricá apenas para dormirem. Esse movimento teria como uma de suas principais consequências a baixa intensidade comercial no município, que reforçaria o problema da geração de emprego e renda (PEREIRA ET AL., 2020).

A partir desse diagnóstico, foi criado, em 2013, o Programa de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Maricá. Em sua instituição, a partir da Lei Nº 2.448, de 26 de junho de 2013, o Programa previa como objetivo geral “[...] combater as desigualdades sociais, fomentar o desenvolvimento econômico e social das comunidades e estabelecer meios de atingimento a erradicação da pobreza e a geração de emprego e renda para as camadas mais carentes do município” (MARICÁ, 2013). Para isso, mobilizaria políticas públicas de fomento à economia solidária; promoveria parcerias públicas e privadas para operacionalização do banco comunitário recém criado, o Banco Mumbuca; utilizaria a moeda social a ser gerida pelo Banco Mumbuca, a moeda mumbuca; e criaria uma gama de instrumentos viabilizadores da economia solidária no município, como centros públicos, incubadoras de empreendimentos solidários, feiras livres, mercados públicos etc.

No que diz respeito à caracterização e aos objetivos da economia solidária dentro do Programa, foco desse trabalho, constava entre os objetivos específicos: *i*) proporcionar a assessoria aos empreendimentos econômicos solidários; *ii*) apoiar a constituição e contribuir para o fortalecimento de redes solidárias de produção, comercialização e consumo; *iii*) apoiar iniciativas que promovam a comercialização dos empreendimentos solidários; *iv*) promover acesso a políticas de investimento social; e *v*) promover o acesso a serviços financeiros e

bancários solidários à população de Maricá. Por outro lado, dentre os princípios que tangenciariam as políticas públicas de economia solidária, podemos observar: *i*) o caráter intersetorial e multidisciplinar das políticas; *ii*) participação e controle social; *iii*) descentralização e territorialização das ações; *iv*) desenvolvimento local e sustentável; e *v*) autogestão, cooperação e solidariedade (MARICÁ, 2013).

A economia solidária em Maricá constitui-se, assim, como apenas uma, das três frentes indicadas na criação do próprio Programa. Essa leitura preliminar dos objetivos e princípios do Programa nos permite afirmar que, assim como mencionado no capítulo anterior, à luz daquilo que foi trazido por Schiochet (2009), as políticas públicas municipais de economia solidária em Maricá são desenvolvidas de maneira transversal, destacando-se a sua atuação de auxílio às outras áreas de políticas públicas executadas no governo municipal, como combate à pobreza e à desigualdade social.

Soma-se a isso a observação de dois fatores que julgamos importantes. Em primeiro lugar, o primeiro princípio da economia solidária estabelecido pela lei é exatamente o caráter intersetorial e multidisciplinar das políticas. Em segundo lugar, a estrutura administrativa do Programa o vinculava, no momento de sua instituição, à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Ou seja, quando as primeiras políticas públicas de economia solidária foram instituídas em Maricá, sequer havia uma secretaria específica para a economia solidária no governo. Esse quadro apenas mudou a partir da Lei Nº 2.652, de 15 de dezembro 2015, que passou a vincular o novo programa, o Programa Municipal de Economia Popular e Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável, à recém-criada Secretaria Municipal de Economia Solidária (MARICÁ, 2015).

Apesar da mudança observada em 2015, as diretrizes do programa permaneceram essencialmente as mesmas. Podemos notar, no entanto, a inclusão do caráter popular junto ao termo da economia solidária e a substituição do desenvolvimento econômico e social pelo desenvolvimento sustentável. A primeira mudança reflete um aprimoramento na compreensão da inserção da economia solidária na realidade prática brasileira. Em outras palavras, no Brasil e na América Latina, o desenvolvimento da economia solidária esteve intimamente relacionado com as experiências de economia popular. Essa última pode ser definida na busca empreendida por setores de nossa sociedade por atividades produtivas voltadas para a reprodução imediata e sustento da vida material (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004). Assim, há certa nuance na aproximação da economia solidária, como compreendida nesse trabalho, com a economia popular, já que

“[...] em sua grande maioria, as experiências de economia popular, orientadas como são pela necessidade de reproduzir renda suficiente para a satisfação do consumo básico e da sobrevivência, garantem apenas a reprodução imediata das condições materiais de vida das pessoas, não conseguindo evitar a subordinação em que se encontram em relação à lógica do capital [...]. Portanto, a capacidade que possui esta economia popular de agir no espaço público, ou seja, atacar as problemáticas sociais mais gerais através da sua ação, parece muito pequena, restringindo-se quase inteiramente a uma dimensão comunitária” (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 164-165)

Consequentemente, a internalização da economia solidária associada à economia popular no seio das políticas públicas pode comprometer o caráter político e emancipatório da própria economia solidária. Essa compreensão fortalece a análise de instrumentalização das experiências de economia solidária como meros mecanismos de atingimento de outros objetivos de políticas públicas e a coloca de volta na encruzilhada em que se encontrava no período de ascensão dos Estados de bem-estar social (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004). Como o objetivo desse trabalho se limita a entender as especificidades dessa internalização em Maricá, nos parece válido para a sequência do trabalho compreender as políticas de economia solidária a partir do seu caráter assistencial em relação às outras esferas do governo.

Essa compreensão está presente também na segunda mudança observada em 2015, a substituição do termo “desenvolvimento econômico e social” por “desenvolvimento sustentável”, que nos indica outras duas importantes características dessas políticas. Em primeiro lugar, evidencia a importante intensificação da pauta ambiental dentro do escopo da economia solidária. Isto é, cada vez mais as experiências de economia solidária estão se tornando indissociáveis da sustentabilidade ambiental, como uma das consequências da mudança do paradigma quantitativo para o paradigma qualitativo, observada no resgate da economia solidária nas décadas finais do século XX. Assim, não só a questão ambiental, mas temas como equidade de gênero, democracia participativa, sustentabilidade intergeracional, entre outros, vêm sendo acoplados nas demandas solidárias (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004; MELO, 2017).

Em segundo lugar, fica implícita também a proximidade das políticas públicas de fomento à economia solidária em Maricá com a preocupação do desenvolvimento socioeconômico local. Ou seja, além da geração de trabalho e renda e da gestação de novos valores de sociabilidade, a internalização da economia solidária nas políticas públicas de Maricá se coloca dentro de uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico local, assim como o

fazem outros municípios. “Neste sentido, a política de geração de trabalho e renda, numa perspectiva sustentável solidária, associa-se diretamente a uma concepção de desenvolvimento com enfoque territorial” (MAGNO ET AL., 2022, p. 24), como atestam as próprias motivações que deram origem a estas políticas. Isto também pode ser observado nos mecanismos criados com o Programa que não necessariamente estão relacionados com os princípios solidários, como as políticas de transferência de renda.

Dessa maneira, podemos dizer que, dentro da estratégia de desenvolvimento local e sustentável, há uma combinação entre algumas políticas baseadas no princípio da redistribuição, através das ações da Prefeitura, com políticas baseadas no princípio da reciprocidade, a partir do fomento de empreendimentos e instituições solidárias. A perspectiva do desenvolvimento local e sustentável nos permite compreender o conjunto dessas políticas presentes no Programa de maneira não excludente, já que todas elas compartilham do mesmo objetivo: a melhora das condições de vida em Maricá. Assim,

“[...] o desenvolvimento local surge como uma alternativa ao processo de desenvolvimento econômico baseado em fatores de produtividade, rentabilidade e índices externos de ampliação da capacidade produtiva, no âmbito do enfraquecimento do Estado enquanto regulador de interesses econômicos e mediador de conflitos sociais, o que aponta para a configuração de processos de descentralização administrativa, que colocaram o poder local assumindo responsabilidades e passando a atuar como agente do desenvolvimento econômico” (MELO, 2017, p. 05)

Por um lado, portanto, a promoção do desenvolvimento local e sustentável nos moldes apresentados aqui tem a capacidade teórica de se contrapor aos modelos clássicos de desenvolvimento. Assim, podemos compreender o processo endógeno de desenvolvimento “[...] como instrumento de transformação social, sendo na escala local que se realiza a possibilidade de surgimento e fortalecimento de movimentos emancipatórios” (MELO, 2017, p. 06). A inserção da economia solidária nesses modelos locais permite combinar os objetivos de desenvolvimento da economia local com princípios de emancipação humana nas relações comunitárias, como os de democracia participativa, organização popular, desconcentração territorial, soberania alimentar, promoção da cultural local e outros (MAGNO ET AL., 2022).

Por outro lado, ao observarmos a combinação de diferentes princípios do funcionamento econômico, como o da redistribuição, reciprocidade e de mercado, podemos caracterizar a economia maricaense como uma economia, essencialmente, plural. Mais do que contribuir para a consolidação de uma economia solidária no município, a Prefeitura de Maricá obtém relativo

êxito na estruturação e manutenção de uma economia sustentada pela coexistência de diferentes princípios econômicos, como previa Coraggio (2014), de maneira que

[...] os processos de inclusão social estão condicionados a uma sistemática repartição da riqueza produzida e, conseqüentemente, ao incremento do processo de participação dos sujeitos com ênfase no desenvolvimento do sentimento de pertença, na identidade da população com o seu território (PEDRINI E OLIVEIRA, 2007, p. 125).

Antes de passarmos à análise de cada frente de atuação das políticas de fomento à economia solidária em Maricá, vale ressaltar duas particularidades que esse processo encontra no município maricaense. Primeiro, a assunção de responsabilidades pelo poder local, na citação de Melo (2017) trazida acima. Nesse caso, a Prefeitura de Maricá assume, de maneira ímpar, a vanguarda do processo de consolidação dessas políticas e das instituições que se relacionam com elas. Diferente da experiência do Conjunto Palmeiras, no Ceará, a qual serviu de inspiração para a maioria das experiências de economia solidária e comunitária subsequentes, o processo observado em Maricá, com poucas exceções, é realizado de cima para baixo, a partir da Prefeitura. Segundo, o sentimento de pertencimento e identidade com o território, mencionado por Pedrini e Oliveira (2007), é estimulado a todo momento pela Prefeitura, associando as políticas implementadas com marcos identificatórios da cidade, como será visto adiante.

## 4.2. A PRÁTICA SOLIDÁRIA EM MARICÁ

Desde 2013, a Prefeitura de Maricá coordena e implementa suas políticas de fomento à economia solidária. Segundo Pereira et al. (2020), essas políticas estão estruturadas a partir de quatro eixos fundamentais. São eles: *i*) fomento aos empreendimentos coletivos e solidários; *ii*) educação popular; *iii*) transferência de renda; e *iv*) soberania alimentar. Analisaremos aqui as medidas postas em prática em cada um desses eixos, buscando identificar suas convergências e divergências em relação à compreensão de economia solidária desenvolvida nesse trabalho.

### 4.2.1. Fomento aos empreendimentos econômicos e solidários

Dentro desse eixo estão as políticas que mais se aproximam das caracterizações realizadas no capítulo 2. Através de diversos instrumentos de apoio, a Prefeitura de Maricá busca incentivar a criação e manutenção dos empreendimentos solidários e coletivos,

organizados no cooperativismo, baseados nos princípios estabelecidos pelo Programa Municipal de Economia Popular e Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável (PEREIRA ET AL., 2020). Dentre esses instrumentos de apoio, destacam-se dois: as Feiras Livres Solidárias e o Banco Mumbuca.

O Banco Mumbuca foi criado na mesma lei que criou o Programa em 2013, formalmente denominado Banco Comunitário Popular de Maricá, responsável pela gestão e operacionalização da moeda mumbuca. Apesar da importância prevaiente no eixo de fomento aos empreendimentos solidários e coletivos, a atuação transversal do Banco lhe permite participar da implementação das políticas de todos os eixos mencionados acima. O Banco Mumbuca compõe a Rede Brasileira de Bancos Comunitários e recebe assessoria técnica e gerencial do Instituto E-Dinheiro Brasil, uma rede de bancos digitais solidários<sup>6</sup> – parcerias que evidenciam atuação e inserção em redes de apoio, componentes essenciais para a consolidação da economia solidária. Além disso, possui agências em três dos quatro distritos de Maricá: Centro, Inoã e Itaipuaçu, respeitando o princípio de descentralização e territorialização das ações, em linha com os aspectos territoriais do desenvolvimento local.

Em agosto de 2022<sup>7</sup>, o Banco Mumbuca possuía três modalidades de crédito que abarcavam nove linhas de financiamento. A primeira modalidade, o *Mumbucred Crédito Produtivo Solidário*, possui quatro linhas destinadas ao financiamento de capital de giro e de máquinas e equipamentos, com valor máximo de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) por concessão. A segunda, o *Mumbucred Crédito Produtivo*, possui duas linhas destinadas ao financiamento de capital de giro, máquinas e equipamentos e insumos e maquinários, com valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A última modalidade, a *Casa Melhor Crédito para Reforma de Moradia*, possui três linhas de crédito, destinadas ao financiamento de materiais de construção ou móveis e eletrodomésticos, com concessão máxima de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por solicitação.

A despeito das condições, critérios e destinação variarem para cada linha de crédito, podemos observar a atuação solidária do Banco Mumbuca. Das nove linhas de crédito, seis não cobram juros sobre a concessão. Das outras três que cobram, os juros são de 1% ao mês e somam-se aos recursos do Fundo do Banco Mumbuca, que, segundo o Art. 30 da Lei Nº 2.448 de 26 de junho de 2013, deverão ser aplicados priorizando ações de economia solidária e combate à pobreza (MARICÁ, 2013). No mais, nenhuma concessão pode ser feita condicionada

---

<sup>6</sup> Para mais informações, ver: <http://edinheirobrasil.org/>

<sup>7</sup> Foi realizada uma visita ao Banco Mumbuca nesse mês, quando o autor obteve as informações sobre as operações do banco e sobre o funcionamento das linhas e concessões de microcrédito expostas nessa subseção.

ao desconto direto no benefício social recebido pelo cliente, caso ele seja beneficiário de algum programa de transferência de renda municipal.

Para a concessão, em sete linhas o requerente precisa de um aval solidário e em cinco precisa estar organizado num grupo solidário, o que reforça a importância dada às relações sociais estabelecidas na comunidade. Além do mais, o Banco aplica um questionário, no momento da concessão, procurando conhecer as principais demandas associadas às novas linhas de crédito que seriam prioritárias para os clientes. De tal forma, o Banco Mumbuca se posiciona de maneira capaz de aproximar a demanda e a oferta de microcrédito no município de Maricá, compreendendo as necessidades da população e funcionando como um espaço público de proximidade, como definido anteriormente.

Apesar disso, o Banco se distancia de algumas práticas que seriam recomendadas pelas definições solidárias. Nesse aspecto, o Banco Mumbuca tem pouca e opaca prática autogestionária, indo na direção contrária da participação democrática e do princípio de participação e controle social definido na lei. Soma-se a isso a relação institucional do Banco Mumbuca com a própria Prefeitura, impactando diretamente a criação de novas linhas de crédito, submetida aos fatores institucionais e políticos do próprio município<sup>8</sup>. Assim, o Banco Mumbuca se insere, em alguns aspectos, nos casos de instrumentalização da economia solidária por parte do setor público e se distancia, por exemplo, da experiência do Banco Palmas, que serviu de inspiração como modelo de banco comunitário.

A despeito dessa instrumentalização, o Banco Mumbuca constitui-se como uma importante ferramenta na consolidação das políticas de economia solidária em Maricá. O Banco atua na concessão de microcrédito, organiza cirandas sobre educação financeira e apoia diversas ações sociais no município. Segundo Gama, Maldonado e Freitas (2021), o Banco Mumbuca concedeu em 2020, ano de eclosão da pandemia da Covid-19, cerca de R\$ 480.000,00 em microcrédito, exercendo um papel fundamental no combate às consequências sociais e econômicas da crise provocada pela pandemia (GAMA; MALDONADO; FREITAS, 2021).

Já as Feiras Livres Solidárias foram estabelecidas em 2018, tendo iniciado pelos distritos do Centro e Itaipuaçu. No começo contavam com cerca de 130 produtores e comerciantes que, além de comercializarem seus produtos nas feiras, faziam eles mesmos a gestão delas. Os comerciantes são de diferentes segmentos do comércio, abarcando desde agricultura familiar até o artesanato, e todos eles devem aceitar a moeda social local, a moeda mumbuca. O espaço e a estrutura necessários para a realização das feiras são providenciados pela Prefeitura, através

---

<sup>8</sup> A criação de novas linhas de crédito depende da aprovação da Câmara Municipal de Maricá.

da Secretaria Municipal de Economia Solidária (PEREIRA ET AL., 2020). Desde 2021, os distritos de Inoã e Cordeirinho passaram a receber as Feiras Livres Solidárias, que acontecem com data e locais fixos e possuíam na sua inauguração, respectivamente, 45 e 50 expositores<sup>9</sup>.

As Feiras Livres Solidárias são importantes ferramentas na consolidação e naturalização da economia solidária no município de Maricá. A realização das feiras permite que a Prefeitura de Maricá execute os objetivos de apoiar a constituição e contribuir para o fortalecimento de redes solidárias de produção, comercialização e consumo e de apoiar iniciativas que promovam a comercialização dos empreendimentos como previsto na Lei Nº 2.652 de 15 de dezembro de 2015. Além disso, atende aos princípios de descentralização e territorialização das ações – já que atende todos os distritos do município –, de desenvolvimento local e sustentável e de autogestão, cooperação e solidariedade. As Feiras Livres Solidárias são os exemplos mais perceptíveis dos espaços públicos de proximidade em Maricá. Apoiadas pelo setor público, geridas pelos comerciantes, frequentadas pela população e baseadas nos princípios solidários, as Feiras Livres Solidárias são capazes de hibridizar os princípios de redistribuição, reciprocidade, domesticidade e mercado, ao mesmo tempo em que contribui para a geração de trabalho e renda no município.

#### 4.2.2. Educação popular

A interseção entre economia solidária e educação popular se constitui como uma das frentes das políticas de fomento à economia solidária. Em Maricá, o eixo da educação popular se materializou no programa Mumbuca Futuro, voltado para a formação de jovens e adolescentes da rede pública de ensino. O programa propõe fomentar uma formação crítica nas questões relativas ao desemprego, precarização das relações de trabalho e relações de produção e consumo, na tentativa de “[...] desconstruir o que se entende por economia dentro da dinâmica capitalista padrão, apresentando alternativas mais sustentáveis dentro da lógica das finanças solidárias, que procuram lidar com a economia de um modo mais cooperativo” (PEREIRA ET AL., 2020, p. 179).

O projeto executado pelo Mumbuca Futuro procura se contrapor à mercantilização da educação, o que o aproxima da contraposição da própria economia solidária à autonomia exercida pelo princípio de mercado na economia capitalista. Além disso, procura privilegiar, no

---

<sup>9</sup> <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/prefeitura-inaugura-feira-livre-de-inoa-com-artesanato-gastronomia-e-trabalhos-manuais/>;  
<https://www.marica.rj.gov.br/noticia/prefeitura-inaugura-feira-livre-solidaria-em-cordeirinho/>.



âmbito do processo pedagógico, as relações de aprendizado baseadas nas trocas e na construção coletiva dos saberes, horizontalizando as relações de educador e educando. Dessa maneira, o Mumbuca Futuro busca empreender “[...] no cotidiano uma possível disputa do processo hegemônico de emancipação humana na educação formal, com a tarefa de (re)formar e incentivar multiplicadores de uma cultura própria, solidária e diversificada” (GONÇALVES E OLIVEIRA, 2021, p. 95).

O Mumbuca Futuro teve início em 2018 e conta com três pilares de atuação. Além da educação popular voltada para os estudos em economia solidária, o programa conta com um mecanismo de transferência de renda e um mecanismo de fomento aos empreendimentos econômicos e solidários. Em termos de transferência de renda, o programa garante a Renda Mínima Futuro, que paga mensalmente 50 mumbucas – equivalentes a R\$ 50,00 – aos alunos, condicionada à presença em, pelo menos, 75% das aulas e das atividades extracurriculares desenvolvidas. Além disso, paga 1.200 mumbucas anualmente, condicionada à aprovação do aluno no ano letivo, que poderá ser sacada de maneira acumulada, mediante: *i*) discência em nível superior e *ii*) participação comprovada em cooperativa ou associação (MARICÁ, 2017).

Entre 2018 e 2019, o programa formou 22 jovens educadores populares maricaenses de diferentes áreas de atuação, o que contribuiu para uma pluralidade de saberes disponíveis para a execução do programa. No primeiro ano de atuação, 2018, o Mumbuca Futuro atendeu 618 alunos do 6º ano do ensino fundamental e do Programa de Aceleração Escolar<sup>10</sup>, totalizando 35 turmas e atendendo 11 escolas diferentes da rede municipal. Já em 2019, foram cadastrados 498 alunos do 9º ano do ensino fundamental, formando 26 turmas de economia solidária em 13 escolas diferentes. As atividades foram realizadas no contraturno escolar, com ementas específicas para os diferentes graus de escolaridade atendidos (GONÇALVES E OLIVEIRA, 2021).

O programa sofreu a paralisação das suas atividades durante os anos de 2020 e 2021, em decorrência da eclosão e permanência da pandemia da Covid-19. Entretanto, em outubro de 2022, o Mumbuca Futuro retornou com a formação de novos educadores populares, com o objetivo de retornar às atividades e atender um maior número de jovens do que o observado nos primeiros anos de implementação<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Programa composto por jovens com distorção idade-série.

<sup>11</sup> <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/prefeitura-de-marica-conclui-formacao-de-orientadores-educacionais-do-programa-mumbuca-futuro/>.

#### 4.2.3. Transferência de renda

A esfera da transferência de renda também se constitui como um dos eixos da economia solidária em Maricá. Embora o alinhamento de políticas de transferência de renda com os princípios de economia solidária possa ser contestado, o município de Maricá desenvolveu uma estrutura que, ao hibridizar diferentes instrumentos de atuação sobre a seguridade social, permite compreendermos as políticas de transferência de renda a partir da ótica da economia solidária. Dentre esses instrumentos, caracterizam-se o pagamento realizado através de uma moeda social local, a moeda mumbuca, a utilização de um banco comunitário para a intermediação desses benefícios e alguns princípios de renda básica universal presentes na política mais recente (PEREIRA ET AL., 2020; MEDEIROS E PIRES, 2021; WALTENBERG, 2021).

A partir da mesma Lei N° 2.448 de 26 de junho de 2013, que criou o Programa de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social, foi criado em Maricá o programa “Renda Mínima Mumbuca”. No início, o Renda Mínima Mumbuca pagava mensalmente 70 mumbucas – equivalentes à R\$ 70 – por família, para cada família cadastrada no Cadastro Único com renda familiar até 1 salário mínimo, e atendia cerca de 400 famílias (PEREIRA ET AL., 2020). O valor era pago através de um cartão magnético e poderia ser gasto em qualquer item comercializado num estabelecimento cadastrado no Banco Mumbuca para o recebimento da moeda social local.

As primeiras mudanças ocorreram em 2015, a partir da Lei N° 2.641 e da Lei N° 2.652. A primeira aprovou a criação da Renda Básica de Cidadania, programa de caráter universalista – a ser implementado gradualmente – que beneficiaria todos os cidadãos de Maricá com, ao menos, um ano de residência no município. O benefício mensal da Renda Básica de Cidadania era de 10 mumbucas e abrangia cerca de 14 mil beneficiários em situação de vulnerabilidade. Já a segunda lei expandiu o Renda Mínima Mumbuca, ampliando a faixa de renda mínima para 3 salários mínimos e expandindo o valor para 85 mumbucas. Além disso, criou outras duas modalidades de transferência de renda: *i*) o Renda Mínima Gestante, de 85 mumbucas destinadas às mulheres em período de gestação e *ii*) o Renda Mínima Jovem Solidário, de 100 mumbucas destinadas às pessoas de 14 a 29 anos (PEREIRA ET AL., 2020; MEDEIROS E PIRES, 2021).

As mudanças posteriores, em ambos os programas, vieram logo depois. Em 2017, os valores dos programas de Renda Mínima e do programa de Renda Básica de Cidadania foram atualizados, passando a pagar, respectivamente, 110 e 20 mumbucas. Além disso, foi criado o

programa Mumbuca Indígena, que destinava 300 mumbucas aos indígenas pertencentes às duas aldeias localizadas no município, as aldeias Mata Verde Bonita e Sítio do Céu. Dois anos depois, em 2019, as expansões do programa Renda Básica de Cidadania passam a ser prioritárias. O programa absorve os outros programas de Renda Mínima, assegura o valor de 130 mumbucas, amplia o cadastramento e passa a beneficiar, numa mudança significativa em direção à universalidade, os indivíduos ao invés das famílias. Assim, ainda que o benefício fosse concedido por família, o valor a ser repassado consideraria o número de indivíduos nas famílias. Essas mudanças garantiram o benefício à mais de 42 mil pessoas, caracterizando a Renda Básica de Cidadania de Maricá como o maior programa de renda básica da América Latina (WALTENBERG, 2021; MEDEIROS E PIREZ, 2021).

Em decorrência da eclosão da pandemia da Covid-19, em 2020, a Prefeitura de Maricá adotou severas medidas de combate às consequências econômicas e sociais da crise sanitária. Dentre elas, o benefício da Renda Básica de Cidadania passou para 300 mumbucas, previsto para os três meses posteriores. Entretanto, com a permanência da pandemia ao longo do período que se seguiu, a Prefeitura manteve esse mesmo valor até maio de 2022, quando, a partir da Lei Nº 3.153 de 04 de maio do mesmo ano, reduziu o valor para 200 mumbucas (WALTENBERG, 2021; MARICÁ, 2022).

Como adianto anteriormente, associar programas de transferência de renda, como os de Maricá, com o entendimento de economia solidária aqui promovida não é tarefa fácil. Enquanto a economia solidária propõe ressignificações da sociedade, a partir de novos modos de produção, novas formas de sociabilidade, novas relações com o consumo e com o trabalho, programas de transferência de renda têm como principal objetivo o alívio imediato da pobreza (BARR, 2012). O funcionamento desse combate à pobreza não necessita de discussões na esfera da produção e a atuação de um estado de bem-estar local, como o de Maricá, é prescindível da criação de novos conjuntos de valores. Em suma, esse combate à pobreza e às desigualdades sociais pode ser realizado na esfera da economia social, ainda que sob a égide do capital, já que

Anteriormente confundida com a economia política, a economia social dela se desprende, até criticando-a, para inclinar-se sobre as intervenções necessárias com vistas a corrigir os efeitos nefastos desta produção mercantil em regime de concorrência [...]. A economia social examina as condições, permitindo conciliar o modo de produção econômico com uma redução da pobreza que ameaça a ordem estabelecida (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 50).

Entretanto, os programas de transferência de renda podem se aproximar da economia solidária conforme internalizem, cada vez mais, os princípios por trás da universalidade presentes na renda básica de cidadania. Isto porque, dentre suas motivações e possíveis efeitos, constam, por exemplo, uma maior autonomia dos indivíduos em relação ao trabalho, maior poder de barganha dos trabalhadores, melhorias no bem-estar material e psicológico e, inclusive, melhorias na participação comunitária dos beneficiários (MEDEIROS E PIRES, 2021; BRANCAGLIONE, 2014). Essas consequências estão demasiadamente próximas de diversas dinâmicas cobijadas pela economia solidária.

Daí, podemos concluir que as motivações para a adoção de uma renda básica universal escapam à lógica de reparo ao funcionamento da economia mercantil e, portanto, permitem repensar a economia a partir do viés da cidadania – objetivo semelhante ao da economia solidária. Nós iremos notar essa dinâmica não apenas no programa de Renda Básica de Cidadania, com seus princípios de universalidade, mas também nas transferências realizadas pelo Renda Mínima. A existência de benefícios voltados para mulheres gestantes, jovens em formação e comunidades indígenas, por exemplo, indica o funcionamento de um sistema de estado de bem-estar local guiado por novos valores. Ressalvamos, no entanto, que a complexidade dessa associação vai muito além do que objetiva estudar esse trabalho e mereceria, assim, tempo e dedicação de um estudo exclusivo.

#### 4.2.4. Soberania alimentar

Por fim, a soberania alimentar aparece como um tópico recorrente dentro da economia solidária. Um dos principais movimentos promotores da economia solidária no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, participou da criação e implementação, em parceria com a Secretaria Municipal de Economia Solidária de Maricá, do projeto “Hortas Comunitárias”, com o objetivo principal de promover a reforma agrária na cidade. O projeto teve início na horta pública comunitária do bairro Manu-Manuela e hoje conta com mais uma horta comunitária, a de Cordeirinho. Além disso, a cidade conta ainda com as praças agroecológicas nos bairros de Araçatiba, Itapeba, Guaratiba e Parque Nanci, e a Fazenda Pública Joaquín Piñero, no bairro do Espreado, detentora da maior área destinada à agricultura familiar no município de Maricá<sup>12</sup> (PEREIRA ET AL., 2020).

---

<sup>12</sup> <https://agroecologiamarica.com.br/>.

A presença da soberania alimentar no escopo das políticas públicas de economia solidária em Maricá termina de consolidar a proximidade dessas políticas com os princípios solidários. Podemos notar a centralidade da soberania alimentar, por exemplo, no surgimento de uma das experiências de vanguarda no que diz respeito aos bancos comunitários. A criação do Grameen Bank, na periferia de Bangladesh, esteve relacionada aos problemas da distribuição de alimentos, numa situação em que se “[...] observou que a fome não resultava da falta de comida, mas da incapacidade de uma parte grande da população de comprá-la por falta de dinheiro” (SINGER, 2002, p. 75).

Dessa forma, o eixo da soberania alimentar facilmente pode ser compreendido dentro dos princípios da economia solidária. Ao ser caracterizada através do “[...] direito que cada indivíduo possui de ter acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, ao poder de decisão sobre sua própria rotina alimentar e, também, ao domínio das suas produções de alimento” (PEREIRA ET AL., 2020, p. 177), a soberania alimentar, por meio da autoprodução, das relações alternativas de propriedade, das relações produtivas familiares e comunitárias, e da operação de relações não dominantes de trabalho, se aproxima também da economia solidária e consolida, sobretudo, a construção de uma economia plural.

## 5. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou executar a difícil tarefa de compreender as relações solidárias presentes no Programa Municipal de Economia Popular e Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável no Município de Maricá. À luz dos conceitos e definições expostos, principalmente, em Singer (2002), França Filho e Laville (2004) e Coraggio (2014), podemos definir a economia solidária de maneira multidimensional, a partir de diferentes percepções. Em primeiro lugar, a economia solidária se define, invariavelmente, em contraposição ao modo de produção vigente na economia capitalista. A economia solidária rejeita, portanto, a elevação do lucro como imperativo máximo da sociabilidade, denuncia a intensificação da exploração e alienação do trabalho e se oferece como alternativa à atomização da sociedade operada pelo neoliberalismo (SINGER, 2002).

Em seguida, observamos como a economia solidária atua através de um conjunto simbólico de valores diferente do que se verifica na economia mercantil capitalista. Nessa etapa, a economia solidária guia-se pelo princípio da dádiva, o qual, através da dinâmica do *doar-receber-retribuir*, permite alçar ao primeiro plano as relações sociais presentes na dinâmica comunitária. A primazia dada a essas relações sociais se contrapõe ao esvaziamento das relações estimulada pela economia capitalista, sob a qual essas relações sociais dão lugar às relações puramente comerciais e mercantis, subtraindo os sujeitos e o reconhecimento do outro no processo econômico (FRANÇA FILHO E DZMIRA, 1999)

Na combinação dessas novas formas de produção e desse novo conjunto simbólico de valores, a economia solidária tem a capacidade de propor uma nova economia. Essa nova economia se baseia na pluralidade de princípios econômicos, como teorizado por Karl Polanyi (2000), e comporta, conjuntamente, os princípios do mercado, da reciprocidade, da domesticidade e da redistribuição. O ponto chave dessa nova economia plural está na oposição à hegemonização praticada pela economia capitalista, que tiraniza o princípio de mercado acima de todos os outros princípios, subjugando o funcionamento da sociedade, inclusive a sociabilidade, as formas de relação e identificação com o outro, aos encargos do princípio do mercado. A economia solidária gestada na concepção de uma economia plural harmoniza os diferentes princípios, propondo formas coletivas e comunitárias de produzir e viver (CORAGGIO, 2014).

Dessa maneira, se observa que as políticas públicas voltadas para o fomento da economia solidária enfrentam um duplo tensionamento. Por um lado, essas políticas têm de enfrentar um difícil processo de reafirmação do seu próprio caráter enquanto alternativa ao

modelo capitalista de funcionamento da sociedade, escapando à lógica de atuação residual sobre os distúrbios gerados pelo exercício da economia de mercado. Por outro, a economia solidária enfrenta uma batalha contra a instrumentalização das suas práticas pelo Estado, tendo de reafirmar sua autonomia ao mesmo tempo em que combina e adapta sua atuação em cooperação com demais áreas do governo (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004; SCHIOCHET, 2009).

Esses tensionamentos e contradições estão presentes também em Maricá, assim como estiveram nas demais experiências brasileiras. Ao ser internalizada como política pública, os instrumentos da economia solidária são mobilizados, primeiro, para o enfrentamento da pobreza e do desemprego, atuando em colaboração com outras instituições dentro do próprio governo. No caso nacional, a SENAES esteve submetida à estrutura do MTE e direcionada para o esforço da geração de emprego. No caso municipal maricaense, a economia solidária esteve submetida à Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos, sob o caráter assistencialista dos programas de transferências de renda. Em ambos os casos, a edificação de uma nova lógica econômica esteve escanteada em segundo plano.

Entretanto, mesmo que a edificação de uma nova lógica econômica não seja o propósito principal em Maricá, as políticas públicas municipais são exitosas na criação de uma economia plural. Isto porque, ao ser inserida dentro de um contexto mais amplo de desenvolvimento local, a economia solidária atua sobre diferentes eixos, sempre guiada pelo fundamento comunitário das políticas do município. Nesse caso, o entendimento de comunidade está nos limites do município, compreendendo todos os cidadãos maricaenses como pertencentes à comunidade. Isso permite a Prefeitura de Maricá combinar diferentes instrumentos de políticas públicas orientados pela pluralidade dos princípios econômicos.

Assim, a economia maricaense rejeita o monopólio do princípio de mercado, permitindo florescer os outros princípios observados por Coraggio (2014) e Polanyi (2000). Além do princípio do mercado, podemos observar, por exemplo, o princípio da reciprocidade, nas Feiras Livres Solidárias, o princípio da redistribuição, na Renda Básica de Cidadania, e o princípio da domesticidade, na agricultura familiar das hortas comunitárias. A economia solidária maricaense obtém sucesso também na criação dos espaços públicos de proximidade, tanto nas Feiras Livres Solidárias quanto no Banco Mumbuca. No entanto, cabe observar para futuros estudos o nível de apreensão dos conceitos solidários pelos gestores públicos e pelos cidadãos atuantes na construção dessa economia, observando se seu engajamento se limita às respostas imediatas aos problemas econômicos do capitalismo ou se há um comprometimento, de fato, com a gestação de uma nova sociabilidade e de novos valores possibilitados por uma economia plural.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCANJO, Maria Antonia; OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de. **A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos.** Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo, São Paulo, v. 13, pp. 231-249, 2017. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/127>. Acesso em: 17 de out. de 2022.

ARNSPERGER, Christian; VAROUFAKIS, Yanis. **Toward a Theory of Solidarity.** S.l., Erkenntnis, v. 59, n. 2, pp. 157–188, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20013221>. Acesso em: 26 de ago. de 2022.

BARR, Nicholas. **Economics of the Welfare State.** 5 ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BRANCAGLIONE, Marcus. **Lições da renda básica em Quatinga Velho: o que se aprende quando não se pede nada em troca.** Joinville: Clube dos Autores, 2014.

CENPE. **Distribuição das rendas petrolíferas entre os municípios fluminenses: impactos nos orçamentos municipais com a eventual mudança nas regras de distribuição.** Rio de Janeiro: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/relatorio\\_rendas\\_petroliferas\\_mun\\_20200107.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/relatorio_rendas_petroliferas_mun_20200107.pdf). Acesso em: 02 de nov. de 2022.

CORAGGIO, José Luis. **Una lectura de Polanyi desde la economía social y solidaria en América Latina.** Cadernos Metr pole, São Paulo, v. 16, n. 31, pp. 17-35, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/QsJjTVsPgTK773hMKsPKTBQ/abstract/?lang=es>. Acesso em: 11 de mai. de 2022.

FERREIRA, Palloma Rosa; SOUSA, Diego Neves. **Economia solidária: outro caminho   possível?** Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat, Taquara, v. 15, n. 1, pp. 113-128, 2018. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/770>. Acesso em: 09 de fev. de 2022.



FLAMENT, C. **Approche théorique des forms du lien social**. Aix-en-Provence: Laboratoire d'Économie et de Sociologie du Travail (LEST), 1991.

FRANÇA FILHO, Genauto; DZIMIRA, Sylvain. **Economia solidária e dádiva**. Organizações e Sociedade, Bahia, v. 6, n. 14, pp. 141-183, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10397>. Acesso em: 12 de mai. de 2022.

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAMA, Andrea; MALDONADO, Jéssica; FREITAS, Fernando. **Velocidade de circulação da moeda mumbuca e a concessão de microcrédito pelo Banco Mumbuca em Maricá de 2018 a 2021**. Boletim FINDE, Niterói, v. 2, n. 3, 2021. Disponível em: <http://finde.uff.br/wp-content/uploads/sites/43/2021/12/Relatorio-6-Artigo-8-Gama-Maldonado-Freitas.pdf>. Acesso em: 07 de dez. de 2021.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GONÇALVES, Rayanne de Medeiros; OLIVEIRA, Thais Cristina Souza de. **Economia solidária e educação popular: a experiência do Mumbuca Futuro nas escolas municipais de Maricá**. In: INSTITUTO MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO E PESQUISA DARCY RIBEIRO (org.). Estudos maricaenses: o município de Maricá em debate. Maricá: Editora IDR, pp. 91-106, 2021.

GORZ, A. **Métharphoses du travail, quête du sens**. Paris: Galilée, 1988.

KERSTENETZKY, Célia. **Sobre a “crise” do estado de bem-estar: retração, transformação fáustica ou o quê?** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 55, n. 2, pp. 447-485, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/MSMxBZJk9x3RSy3tyFzfDKj/abstract/?lang=fr>. Acesso em: 26 de ago. de 2022.

LISBOA, Armando de Melo. **Economia solidária e autogestão**: imprecisões e limites. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 45, n. 3, pp. 109-115, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/3dKPVKmFzNY7XCxc6bgmMjv/?lang=pt>. Acesso em: 12 de mai. de 2022.

MAGNO, Thaisa Souza do Carmo; VASCONCELLOS, Ana Maria; BARROS, Jones Nogueira; ARROYO, João Cláudio Tupinambá. **Economia solidária como estratégia para o desenvolvimento local**. P2P & inovação, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 15-34, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/194273>. Acesso em: 07 de nov. de 2022.

MARICÁ. **Lei N ° 2.448, de 26 de junho de 2013**. Institui o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá. Maricá: Câmara Municipal, 2013. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/jom-383.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2022.

MARICÁ. **Lei N ° 2.652, de 15 de dezembro de 2015**. Institui o Programa Municipal de Economia Popular e Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável no Município de Maricá. Maricá: Câmara Municipal, 2015. Disponível em: [https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/lei\\_2652.pdf](https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/lei_2652.pdf). Acesso em: 04 nov. 2022.

MARICÁ. **Lei N° 2.787, de 14 de dezembro de 2017**. Inclui o art. 17-A, o art. 18-C e o art. 18-D na Lei nº 2.652/2015, de 15/12/2015, que “Institui o Programa Municipal de Economia Popular e Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável no Município de Maricá”. Maricá: Câmara Municipal, 2017. Disponível em: [https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/JOM\\_819\\_20-12-2017-corrigido-web.pdf](https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/JOM_819_20-12-2017-corrigido-web.pdf). Acesso em: 08 nov. 2022.

MARICÁ. **Lei N° 3.153 de 04 de maio de 2022**. Dispõe sobre a atualização do valor do benefício do programa Renda Básica Cidadania instituído pela Lei N° 2.641/2015, e atualizada pela Lei N° 2.869/2019 e pela Lei N° 3.011/2021. Maricá: Câmara Municipal, 2022. Disponível em: [https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/JOM\\_1304\\_04-05-2022.pdf](https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/JOM_1304_04-05-2022.pdf). Acesso em: 15 nov. 2022.

MEDEIROS, Jimmy; PIRES, Yuri Teixeira. **Exemplo de Maricá**: características e limitações de experiências de renda básica no Brasil. *In*: INSTITUTO MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO E PESQUISA DARCY RIBEIRO (org.). Estudos maricaenses: o município de Maricá em debate. Maricá: Editora IDR, pp. 51-68, 2021.

MELO, Nildo Aparecido. **Economia solidária, desenvolvimento local e sustentável**: novos paradigmas do desenvolvimento econômico? Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 39, v. 2 p. 03-23, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/4426>. Acesso em: 07 de nov. de 2022.

NAGEM, Fernanda Abreu; SILVA, Sandro Pereira. **Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 21, n. 46, pp. 159-175, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/87Pf3fcsTqyyrcrg86XqgMSN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 de out. de 2022.

NAMORADO, Rui. **Para uma economia solidária – a partir do caso português**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 84, pp. 65-80, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/396>. Acesso em: 19 de jan. de 2022.

NARDI, Henrique; YATES, Denise; FERNANDES, Janice; RODRIGUES, Manoela. **Subjetividade e solidariedade**: a diversidade das formas de implicação dos jovens na economia solidária. Psicologia Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 320-328, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/XMxRQgkB4ZSCFDf4cBLGRFJ/?lang=pt>. Acesso em: 11 de out. de 2022.

PEDRINI, Dalila Maria; OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. **A economia solidária como estratégia de desenvolvimento**. Emancipação, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, pp. 111-133, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/89>. Acesso em: 07 de nov. de 2022.

PEREIRA, Amanda Souza do Nascimento; SIQUEIRA, Diego Zeidan Cardoso; SENRA, Lorena Thevénard; COSTA, Nathan Melo. **As políticas públicas de economia solidária no município de Maricá/RJ**. Mercado de trabalho: conjuntura e análise/IPEA, Brasília, v. 70,

2020. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com\\_content&view=article&id=36978:2020-11-04-18-57-35&catid=184:disoc&directory=1](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=36978:2020-11-04-18-57-35&catid=184:disoc&directory=1). Acesso em: 13 de dez. de 2021.

PITAGUARI, Sinival Osorio; SANTOS, Luis Miguel; CÂMARA, Márcia Regina Gabardo. **Panorama da economia solidária no Brasil**. In: PITAGUARI, Sinival Osório; LANZA, Lília Maria Bettio; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida (org.). A sustentabilidade da economia solidária: contribuições multidisciplinares. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, pp. 33-62, 2012.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

Prefeitura inaugura Feira Livre de Inoã com artesanato, gastronomia e trabalhos manuais. **Prefeitura de Maricá**, 05 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/prefeitura-inaugura-feira-livre-de-inoa-com-artesanato-gastronomia-e-trabalhos-manuais/>. Acesso em: 08 nov. 2022.

Prefeitura inaugura Feira Livre Solidária em Cordeirinho. **Prefeitura de Maricá**, 12 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/prefeitura-inaugura-feira-livre-solidaria-em-cordeirinho/>. Acesso em: 08 nov. 2022.

Prefeitura de Maricá conclui formação de orientadores educacionais do programa Mumbuca Futuro. **Prefeitura de Maricá**, 11 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/prefeitura-de-marica-conclui-formacao-de-orientadores-educacionais-do-programa-mumbuca-futuro/>. Acesso em: 08 nov. 2022.

SCHIOCHET, Valmor. **Institucionalização das políticas públicas de economia solidária**: breve trajetória e desafios. Mercado de trabalho: conjuntura e análise/IPEA, Brasília, vol. 40, pp. 55-59, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4085>. Acesso em: 17 de out. de 2022.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Relatório de Pesquisa/IPEA, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7410>. Acesso em: 21 de out. de 2022.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **A economia solidária no governo federal**. Mercado de trabalho: conjuntura e análise/IPEA, Brasília, vol. 24, pp. 03-05, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5246>. Acesso em: 17 de out. de 2022.

STAEVIE, Pedro. **Políticas públicas e economia solidária**: considerações e divergências sobre a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Revista de Políticas Públicas, São Luís, vol. 13, n. 1, pp. 81-88, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321127275009.pdf>. Acesso em: 17 de out. de 2022.

VERONESE, Marília Veríssimo. **Subjetividade, trabalho e economia solidária**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 84, pp. 153-167, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/416>. Acesso em: 12 de out. de 2022.

WALTENBERG, Fábio Domingues. **Alcances e limites das ações de combate à pobreza da prefeitura de Maricá em resposta à crise da Covid-19**. In: INSTITUTO MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO E PESQUISA DARCY RIBEIRO (org.). Estudos maricaenses: o município de Maricá em debate. Maricá: Editora IDR, pp. 69-90, 2021.